

PLENÁRIA ESTATUTÁRIA D@S **METALÚRGIC@S** DA CUT - 2025



*Fortalecendo a **democracia** com sindicatos
fortes, transição **justa** e trabalho **decente***

*Guarulhos (SP)
23 e 24 de setembro de 2025*

TEXTO BASE

TEXTO BASE

PLENÁRIA ESTATUTÁRIA D@S METALÚRGIC@S DA CUT

Fortalecendo a **democracia** com sindicatos **fortes**, transição **justa** e trabalho **decente**

| 23 e 24 de setembro de 2025 |



SUMÁRIO

1	Conjuntura	5
	1.1 <i>Política Internacional</i>	5
	1.2 <i>Política Nacional</i>	7
	1.3 <i>Econômica</i>	10
2	Ramo Metalúrgico	16
3	Eixos de atuação da CNM/CUT	23
	3.1 <i>Políticas Gerais e Permanentes</i>	24
	3.2 <i>Organização Sindical</i>	25
	3.3 <i>Contrato Coletivo Nacional de Trabalho</i>	27
4	Balanço da Gestão	28
5	Regimento Interno da Plenária Estatutária	32
6	Expediente	38

APRESENTAÇÃO

O tema da última plenária estatutária da CNM/CUT, realizada em outubro de 2021, já trazia em sua centralidade a defesa da democracia, pois vivíamos um período tenebroso de um governo autoritário e que trouxe retrocessos imensos à vida da classe trabalhadora. Nas eleições presidenciais em 2022, fomos às ruas e lutamos arduamente para eleger Luiz Inácio Lula da Silva novamente, pois sabíamos que a democracia, o Estado de direito e as conquistas da classe trabalhadora estavam em risco. Conseguimos!

Porém, eis que aos oito dias do Governo Lula, sofremos uma tentativa de golpe que já faz parte da história do país.

O 11º. Congresso da nossa confederação, em maio de 2023, debateu políticas e propôs resoluções que dialogassem com a urgência da reconstrução do nosso país de forma sustentável e humanizada com trabalho decente, soberania, renda e direitos.

A lição aprendida é que nossa democracia, premissa para que todas as outras lutas sejam possíveis, não é senso comum e que, portanto, precisa ser defendida de forma permanente. O direito à uma vida digna, com saúde, educação e segurança, o direito à diferença e o direito de existir ainda estão em disputa e devem ser fortalecidos através da luta coletiva.

Sob um cenário de complexa correlação de forças políticas, não basta eleger um governo progressista. A atuação dos movimentos sociais e sindicais é primordial para que se faça pressão em favor de medidas que favoreçam os trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse sentido, a CNM/CUT tem atuado de forma incansável em diversos espaços que interferem de forma direta na vida dos metalúrgicos e metalúrgicas e que buscam a promoção do trabalho decente.

Trabalho decente, termo debatido desde 2005 nos fóruns da Organização Internacional do Trabalho (OIT), portanto, há 20 anos atrás, continua atual e urgente. Em tempos de esfacelamento de mecanismos de proteção social e da crescente precarização do trabalho, temos visto a prática do conceito de trabalho decente, adequadamente remunerado, exercido em liberdade, equidade e segurança, e capaz de garantir vida digna, cada vez mais distante da realidade dos brasileiros e brasileiras.

As transformações em curso no mundo recente, como o avanço da tecnologia e da implementação da inteligência artificial, mudanças climáticas extremas decorrentes da degradação humana, têm aumentado as incertezas em relação ao futuro do trabalho e do(a) trabalhador(a). Nesse sentido, lutamos para que na relação capital e trabalho se possa estabelecer parâmetros de preservação do emprego, promoção do trabalho decente e de uma transição justa.

Defendemos uma transição para uma possível economia de baixo carbono na qual a classe trabalhadora seja protagonista, uma vez que os principais afetados pela crise climática, desmatamento e desigualdade são os (as) trabalhadores(as) e comunidades.

As mudanças no mundo do trabalho e a luta de classes nos impõe um desafio, a atualização do modelo atual de organização sindical para que possamos contribuir para a reconstrução e transformação do país, passando obrigatoriamente pelo fortalecimento da democracia, afinal,

a democracia é uma via de mão dupla, que também contribui para que haja sindicatos fortes e sustentáveis.

A CNM/CUT segue buscando contribuir com o projeto de sociedade, defendido pela nossa Central, que passa pela garantia do trabalho decente para todos e todas, por uma transição justa que garanta o direito à vida digna e ao bem viver e com sindicatos fortes e atuantes!

É nesse intuito que apresentamos o texto base que norteará a Plenária Estatutária da nossa Confederação.

Não há democracia plena sem sindicatos fortes, sem transição justa e sem trabalho decente. Portanto, vamos à luta!

Direção Executiva da CNM/CUT

1.CONJUNTURA

1.1 POLÍTICA INTERNACIONAL

- 1** Desde o 11º Congresso da CNM/CUT, realizado em maio de 2023, a conjuntura internacional tem mostrado que nossa análise da época estava correta, mas que merece atualizações, afinal, o mundo segue em constantes transformações.
- 2** As referências hegemônicas que antes estavam no ocidente já não são mais tão consolidadas, como por exemplo a indústria cinematográfica que sempre foi referenciada em Hollywood e hoje assistimos à escalada dos chamados “doramas”, produções de origem oriental.
- 3** Outro grande desafio é o envelhecimento da população, tendência mundial, mas que atualmente afeta fortemente o norte global. Segundo dados da ONU de 2023, o número de pessoas com mais de 65 anos deve dobrar até 2050. Europa e América do Norte concentram atualmente o maior número de idosos no mundo.
- 4** A pandemia ocorrida entre 2020 e 2023 que ocasionou mais de 6 milhões de mortes no mundo, trouxe profundas reflexões sobre os limites do atual sistema de saúde, sanitário e ambiental, a importância da ciência e o impacto das desigualdades sociais e econômicas na vida das pessoas.
- 5** O atual cenário de crises climáticas no mundo, como o aquecimento global que tem ocasionado situações extremas, incêndios de grande proporção no norte global, por exemplo, provocando a queimada de florestas e desalojando famílias e outros fenômenos ambientais tem questionado a sustentabilidade do planeta. Nesse sentido, a CNM/CUT continuará participando dos fóruns nacionais e internacionais que defendem uma transição justa sob controle do poder público e não do capital, como por exemplo a Plataforma Operária e Camponesa por água e energia - POCAE e a Rede de Sindicatos por Democracia Energética - TUED.
- 6** A guerra na Ucrânia e o Genocídio na Faixa de Gaza são extremos resultados de interesses geopolíticos com conotações racistas e colonialistas, que acaba por priorizar bens ao invés de vidas. Cada um desses casos tem origens e contextos políticos distintos e resultados também distintos, mas refletem a barbárie de um sistema capitalista que se retroalimenta do caos.

7 Ambos os casos tem contado com a participação da OTAN que opera em favor da manutenção de um status quo em crise. A CNM/CUT continuará se pronunciando em consonância com outros sindicatos progressistas e movimentos populares, se posicionando fortemente contra o genocídio do povo palestino e pelo reconhecimento da Palestina enquanto um Estado soberano e por isso participamos juntos com outros sindicatos e movimentos sociais da campanha BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções) contra o Estado Sionista de Israel. Também defendemos uma solução negociada na Ucrânia e condenamos a expansão da OTAN em países do Leste Europeu, o que ameaça a soberania dos povos. Defendemos o fim da guerra através de mecanismos pacíficos de negociação que priorizem a soberania dos povos e o bem estar das pessoas.

8 Dados de 2024 nos apontam que o ritmo de concentração de renda mundial tem aumentado. Os 10% mais ricos no mundo detém 45% da riqueza global, ao passo que os 44% mais pobres vivem com até U\$6,85 por dia. No Brasil, durante o período da pandemia, enquanto pessoas perderam tudo, surgiram dez novos bilionários no país. Recente relatório divulgado pela Oxfam, aponta que dentro de uma década, surgirão 5 trilionários no mundo. Também se nota a continuidade de uma lógica neocolonialista em que o Norte Global concentra as principais instituições financeiras, big techs, indústria de alta complexidade e instituições de pesquisa de ponta, fatores que possibilitam a perpetuação de dominação do Norte sobre o Sul.

9 As big techs monopolizam os data centers, espaços imensos com muitos servidores e bem poucos trabalhadores, que armazenam informações de cada um de nós, preferências, hábitos de consumo, necessidades. O grau de informações é tão grande que provavelmente sabem mais de nós do que nós mesmos. Essas corporações que dominam o campo das informações e algoritmos são basicamente três, Microsoft, Google e Amazon, todas localizadas no hemisfério norte.

10 Muitos fatores nos mostram um mundo em crise profunda, em que se faz necessário repensar o atual modelo de reprodução social e de sustentabilidade. Um cenário de incertezas sobre o futuro propicia a difusão de discursos de ódio ao diferente, às minorias como tentativa de manter o status quo estabelecido, assim vemos um aumento expressivo não apenas de discurso, mas de práticas racistas, xenofóbicas, machistas, etc no mundo. Reflexo deste diagnóstico é o avanço da extrema direita no Parlamento Europeu, elegendo candidatos que defendem pautas conservadoras, anti-imigração e anti-União Europeia, por vezes recorrendo a discursos racistas, homofóbicos e xenofóbicos.

11 Donald Trump, recém eleito à presidência dos EUA, tem seguido essa cartilha conservadora, conforme o prometido. Para além da defesa de pautas morais, Trump tem desenvolvido uma política econômica protecionista, taxando a importação de produtos advindos de diversos países, incluindo o Brasil. Essa lógica tem origem no histórico de déficit comercial do país que desde 2000 tem perdido espaço na produção industrial global. Tais medidas tem impactado o Brasil, ao passo que as cadeias globais de valor são interligadas e o Brasil é importante exportador de insumos para os EUA.

- 12** Diante desse contexto, a China tem se aproximado de países dos BRICS para expandir e consolidar relações comerciais, ao passo que precisam escoar sua produção que era exportada aos EUA.
- 13** Portanto, sob o ponto de vista comercial internacional, defendemos o reposicionamento do Brasil na cadeia global de valores, fortalecendo seu parque industrial nacional; reforçando laços comerciais e políticos com o MERCOSUL, países asiáticos e BRICS, como um caminho contra hegemônico à essa lógica comercial imperialista corrente que perpetua uma relação de dependência neocolonial.
- 14** Na esfera sindical, a CNM/CUT tem defendido permanentemente e realizado ações que contribuem para a solidariedade internacional, a integração regional entre trabalhadores (as) na América Latina e o fortalecimento do movimento sindical global. Para tanto, temos atuado ativamente em espaços na IndustriALL Global Union, bem como em espaços paralelos como o Grupo de Nuestra América e Grupo de Paris que debatem a formulação de políticas que tornem a IGU mais representativa, democrática e dinâmica. Também temos atuado fortemente no desenvolvimento de projetos e parcerias internacionais que potencializam a formação sindical dos(as) metalúrgicos (as) em temas importantes, como a saúde do trabalhador e da trabalhadora, reestruturação produtiva, transição justa, direitos humanos e empresas e inteligência artificial e o impacto para a classe trabalhadora.
- 15** A política internacional é papel importante desta Confederação, pois defendemos a unidade da classe trabalhadora no mundo e a possibilidade de um mundo mais justo para todos e todas em que a soberania dos povos e o protagonismo da classe trabalhadora, que produz a mais valia global, seja maior do que qualquer interesse do capital!

1.2 POLÍTICA NACIONAL

- 16** O atual período nos mostra profundas transformações no cenário geopolítico de ordem econômica, social, ambiental e cultural de forma ampla e profunda, conforme relatado na conjuntura internacional deste caderno, e que tem afetado o Brasil de forma significativa. O sistema capitalista em curso tem sido colocado em xeque constantemente.
- 17** A crise climática corrente tem se mostrado séria e colocado em risco a sobrevivência das espécies, questionando o atual modelo de reprodução social. A tragédia sócio ambiental que aconteceu em 2024 no Rio Grande do Sul foi devastadora e reflete na vida da população local até os dias atuais. Foi recentemente divulgado pela Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (REDESCA), estudo que mostra crime de racismo ambiental na região. Mais de 2,3 milhões de pessoas foram afetadas pelas inundações ocorridas entre abril e maio de 2024, que resultaram em 183 mortes confirmadas, 27 pessoas desaparecidas, cerca de 800 feridas e milhares de famílias deslocadas. O relatório evidencia a desproporcionalidade dos impactos sobre grupos em situação de maior vulnerabilidade, incluindo meninas e mulheres, pessoas afrodescendentes, povos indígenas e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, pessoas idosas, população LGBTQIA+, migrantes e refugiados, bem como trabalhadores e trabalhadoras rurais e informais.

18 São muitos os exemplos concretos que trazem à tona a sustentabilidade ou a viabilidade deste modelo capitalista baseado nas necessidades de consumo como forma de retroalimentação e que evidenciam que a população mais vulnerável está sempre à margem, absorvendo a maior proporção dos danos.

19 A trajetória desta crise estrutural tem se desenhado ao longo do tempo e é resultado das desigualdades sociais e econômicas produzidas pelo próprio sistema capitalista.

20 Diante desse contexto, sob uma lógica capitalista neoliberal que domina a sociedade e o modo de vida em prol da sua própria reprodução, temos detectado um sistema adoecido, que apresenta limites estruturais, mas que ao mesmo tempo, “o novo”, as novas tecnologias, alternativas ambientais, etc. não tem sido suficiente para propor nenhum tipo de ruptura. Ao contrário disso, tem servido para potencializar a dinâmica do capital e tensionar ainda mais tais limites já desgastados. Tal tensão e ambiente de incertezas tem levado à ascensão de discursos de ódio, crescimento de grupos extremistas que pregam autoritarismo, preconceito e intolerância ao diferente e que se proliferam através da difusão de valores morais, individualistas e baseados na meritocracia.

21 O Brasil é fortemente afetado por esse cenário, são alarmantes os números que envolvem casos de feminicídio, assassinato da população LGBTQIA+ e da juventude negra, por exemplo.

22 O último Atlas da Violência, divulgado em 2025 relata uma média de 10 mulheres assassinadas por dia no país em 2024, outro estudo divulgado pela Organização Grupo Gay da Bahia (GGB) relata a morte violenta de quase 300 pessoas no mesmo ano motivadas por LGBTfobia, o que significa um óbito a cada 30 horas.

23 Para um país como o Brasil, com uma trajetória colonial, escravocrata e patriarcal, em que as tentativas de reformas estruturais sempre foram barradas por violência ou por golpe, que carrega consigo a herança da desigualdade social, de uma industrialização tardia, dependência tecnológica e digital, economia baseada em serviços e no agronegócio, constitui-se um desafio imenso reverter essa dinâmica do atual sistema.

24 Nesse sentido, no Brasil, seguindo a tendência mundial, grupos de direita tem encontrado o cenário perfeito para crescerem, uma vez que operam com o caos e a desesperança. Em meio a falta de alternativa de projeto de sociedade, a religião tem influenciado na disputa de consciência política, na medida em que oferecem acolhimento, apresentando uma saída: a promessa de uma vida melhor, baseada em valores morais e meritocracia, que reforçam o conservadorismo. Tal realidade se reflete no parlamento brasileiro. Atualmente, o Congresso Nacional conta com uma bancada de 273 deputados (as) que se declaram de direita, ao passo que a base de apoio do atual governo representa apenas 27% da casa.

25 Portanto, o atual governo tem dificuldades no que se refere à sua governabilidade, pois não há maioria institucional que colabore para a aprovação de suas pautas. É fundamental que se estreite o diálogo com a sociedade, bem como com movimentos sociais e sindical em busca de apoio popular, sob o risco de colocar em jogo o projeto que o elegeu, bem como as eleições presidenciais em 2026.

26 A esquerda brasileira deve se atentar à construção de uma estratégia organizativa e de

mobilização que considere as pautas identitárias como fator agregador e não divisor. A luta de classes deve ser levada em conta considerando questões relacionadas à diversidade de identidades, afinal as classes marginalizadas e as questões de raça, gênero, juventude, LGBTQIA+, pessoas com deficiência são intrínsecas. Outro desafio importante é o diálogo com a juventude, público que deve se sentir representado pelo movimento sindical a partir de seus anseios e expectativas. O modelo de atuação sindical que traz formas e propostas prontas, como por exemplo, longos seminários para debater algo, a difusão das informações sindicais através de jornais impressos, já não são mais suficientes para dialogar com uma geração que tem como hábito o uso da internet e de toda agilidade que ela traz. Ouvir, observar e se atentar para as necessidades atuais da juventude é fundamental para o alcance desse público e a oxigenação dos espaços sindicais.

27 No mundo do trabalho, temos assistido a escalada da precarização das relações de trabalho. Os números da taxa de desemprego atuais mostram o aumento da geração de postos de trabalho, em 2024, a média da taxa de desemprego fechou em 6,6% (IBGE, 2025), a menor desde 2012. Porém esse número não se reflete na qualidade dos postos de trabalho gerados. Conforme dados trazidos no item de conjuntura econômica deste caderno, as jornadas de trabalho são intensas e a média salarial tem se reduzido, mostrando um “achatoamento da pirâmide salarial”.

28 O avanço da tecnologia, em especial na indústria, como a aplicação do modelo de produção industrial baseado na chamada “Indústria 4.0” e a Inteligência Artificial são fatores que trazem incertezas para um país como o Brasil, de industrialização tardia, alta dependência tecnológica em que estamos posicionados na ponta da cadeia global de valor, onde encontram-se os postos de trabalho que demandam menor qualificação, condições de trabalho mais precárias e menores salários.

29 Diante desse complexo contexto de transformações na sociedade e no mundo do trabalho, a CNM/CUT tem dialogado e pressionado o governo em torno das pautas que defende e tem atuado em torno de propostas importantes tais como:

- *Campanha Nacional por redução da jornada de trabalho sem redução de salários e o fim da escala 6x1;*
- *Proposição de Projetos de Lei (PLs) que trazem em seus conteúdos pautas elaboradas pelos Coletivos da CNM;*
- *Atuação permanente em espaços do programa de política industrial Nova Indústria Brasil (NIB), através da inserção de contrapartidas que ponderem a transferência de tecnologia ao parque industrial brasileiro, estímulos ao conteúdo nacional e outras medidas que promovam a geração de postos de trabalho decente.*
- *Articulação de acordos nacionais de PLR, contribuindo assim para a aproximação de sindicatos e trabalhadores (as) em nível nacional, promovendo a solidariedade de classe e impactando positivamente na economia nacional.*

30 Compreender esse cenário composto por diversos elementos e organizar sua estratégia de atuação de acordo com tal realidade, buscando defender o trabalho como um direito de todos (as), em que haja o desenvolvimento da indústria brasileira, mas com protagonismo dos (as)

trabalhadores (as) na construção desse processo, com igualdade de oportunidades, transição justa no que se refere às questões ambientais, que considere trabalhadores (as) e comunidade e trabalho decente para todos (as) são prioridades inegociáveis para a CNM/CUT.

31 Nós da CNM/CUT, enquanto sujeitos protagonistas de sua própria história, temos a missão de defender a democracia e enfrentar a extrema direita para o cenário que se desenha em 2026.

32 Fortalecer candidaturas do campo da esquerda, contribuir para a uma atualização no projeto de sociedade que queremos, promover o diálogo com a base e propor mudanças para o atual modelo de organização sindical, que contemple o diálogo com essa nova classe trabalhadora e aproxime cada vez mais trabalhadores (as) e sindicatos, são premissas para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e fraterna para todos e todas!

1.3 CONJUNTURA ECONÔMICA Brasil: desafios e perspectivas

33 A partir da análise internacional, buscamos compreender os desdobramentos ocorridos na economia brasileira, seus impactos nos últimos anos e quais as perspectivas para o próximo período, com o novo governo eleito. O cenário internacional indica um elevado grau de incerteza em função dos possíveis efeitos econômicos e geopolíticos a partir da eleição de Donald Trump. Sua estratégia tem sido a de reorientar a inserção externa dos EUA no sistema multilateral de comércio, criado sob a liderança de seu país no segundo pós guerra, quando houve a instituição do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), que, por sua vez, estabelecia regras para o comércio entre os países-membros, de modo que os acordos fossem não discriminatórios, transparentes e baseados em regras. A saída dos EUA da Organização Mundial do Comércio (OMC) e o anúncio do pacote de tarifas ocorrem sob a justificativa de alterar fortemente o “sistema geral de preferências” da OMC, que apregoava que os países pobres e da periferia capitalista teriam suas importações taxadas com alíquotas reduzidas. Um dos motivos das medidas tarifárias dos EUA é a histórica perda de participação na produção industrial mundial. Em 2001, o país era responsável por 28,4% de toda a produção industrial do planeta. Já em 2023, essa participação recua para 17,4%.

34 A elevação de barreiras no mercado norte-americano tende a comprometer, no primeiro momento, a competitividade de setores estratégicos da indústria brasileira, como o siderúrgico e o automotivo, com impactos diretos sobre as exportações, os investimentos produtivos e a geração de empregos nessas cadeias. Outro ponto de atenção para o Brasil é o possível desvio de exportações chinesas para outros mercados, algo que pode inundar o Brasil de produtos com preços mais baixos (manufaturados e bens de consumo). Por outro lado, a crise pode tornar-se uma oportunidade de reposicionar a economia brasileira nas cadeias globais, fortalecer a indústria nacional com base em políticas públicas robustas e construir novos acordos que favoreçam a diversificação produtiva e a integração regional. Os países que compõem os BRICS criticam as ações dos Estados Unidos e defendem uma resposta em defesa do multilateralismo no comércio internacional. Ao mesmo tempo, estão se articulando e criando rotas alternativas de cooperação para aumento do comércio entre os países do

bloco, principalmente através do Banco dos BRICS. Nesse sentido, é urgente que o Brasil mantenha seu posicionamento com autodeterminação diante das fortíssimas pressões que vem sofrendo por parte do governo dos EUA, para que estabeleçam relações comerciais diferenciadas com este país, especialmente em relação aos produtos siderúrgicos, cujas exportações aos EUA representaram 55% em 2023. Consideramos ainda, premente que o Brasil defenda em primeiro plano os interesses do seu povo enquanto nação autônoma, ampliando e fortalecendo a integração regional, considerando ainda os interesses de médio e longo prazo da produção industrial nacional, em linha com a atual política industrial, que preconiza o atendimento das necessidades econômicas e sociais da sociedade brasileira e não capitule em função de interesses de blocos econômicos alheios a essa política.

35 O país iniciou 2023 em um novo momento político, a partir da eleição presidencial e vitória de Lula. O ponto alto do debate econômico deu-se em torno do “Teto de gastos” e o novo arcabouço fiscal, aprovado já no primeiro ano do novo mandato. A forma como o Estado arrecada e gasta é mais complexa do que a equivocada comparação com o orçamento doméstico, afinal, o Estado pode, para além da arrecadação, criar impostos, emitir títulos da dívida, emitir moeda, fazer empréstimos e recorrer a uma série de instrumentos que são inexistentes à população em geral. O que está em jogo nesse processo é a disputa por recursos públicos.

36 Nesse sentido, o debate sobre as receitas arrecadadas e suas correspondentes despesas foi e continua palco de disputas profundas. A partir de 2015 até a pandemia, ficou claro que a natureza da deterioração fiscal teve origem mais pela queda das receitas do que pelo aumento “explosivo” das despesas. E mesmo com a obtenção de sucessivos superávits primários, o Brasil registrou sucessivos déficits nominais, ou seja, arrecadação subtraindo-se as despesas, considerando o pagamento dos juros, foram negativos, promovendo o aumento do total da dívida pública.

37 Em abril de 2023, o governo federal enviou ao parlamento a proposta do Novo Arcabouço Fiscal (NAF), atualmente chamado de Novo Regime Fiscal (NRF). Os parâmetros definidos foram os seguintes:

- *O intervalo de crescimento real da despesa para o período, descontada por tanto a inflação, deverá observar o limite máximo de 2,5% a.a. e limite mínimo de 0,6% a.a.;*
- *O crescimento real da despesa será cumulativo e limitado a 70% da variação real da receita, sendo que no caso de o resultado primário ser menor do que o limite inferior, o limite passa para 50%; e,*
- *O intervalo de tolerância para a meta do resultado primário será de 0,25 p.p. para mais ou para menos do PIB, previsto no respectivo PLDO.*

38 O NAF/NRF não elimina a chamada “competição” dos gastos existente no “Teto de gastos”, principalmente aqueles com saúde e educação, com percentuais mínimos obrigatórios e definidos constitucionalmente. O novo regime alivia esta possibilidade de competição, mas não a elimina. Portanto, o NAF/NRF permanece na mesma lógica, o que o torna mais restritivo que o regime de metas de superávit primário existente até 2016. Além disso, em 2024 o governo federal restringiu o nível de crescimento em termos reais, ou seja, acima da inflação

do salário mínimo, conforme definido na sua retomada da política nacional de valorização. A nova regra limitou o ganho real, que poderá variar de 0,6% a 2,5%.

39 Do ponto de vista do Produto Interno Bruto (PIB), a economia brasileira apresentou resultados positivos em 2024, com variação de 3,4% (IBGE) ou R\$ 11,7 trilhões no acumulado dos 4 trimestres do ano, após crescer 3,0% em 2022 e 3,2% em 2023, anos de pandemia de Covid-19. A Indústria cresceu 3,3% e os Serviços 3,7%, enquanto a Agropecuária recuou (-3,2%). Uma outra forma de analisar o produto é através do PIB per capita, que é obtido dividindo-se o PIB pelo total de habitantes. O Brasil apresentou um PIB per capita de R\$ 55.247,45, com aumento real de 3% em comparação a 2024. Apesar desse avanço, o país está em posição inferior em relação aos países mais ricos do mundo. Segundo o FMI, o Brasil está na 84ª posição mundial, com US\$ 9,9 mil per capita, atrás de países como China (US\$ 13,6 mil), Rússia (US\$ 14,2 mil) e alguns vizinhos latino americanos, como Argentina (US\$ 14,3 mil), Uruguai (US\$ 22,6), Chile (US\$ 17,0 mil) e México (US\$ 12,6 mil).

40 A formação bruta de capital fixo (FBCF), que mede o investimento em bens de capital, ou seja, bens que são usados na produção de outros bens, cresceu e registrou 17% em relação ao PIB, acima de 2023, quando o indicador foi de 16,4%, mas ainda sobre um patamar anterior baixo. Apesar do resultado positivo para 2024, há sinais de desaceleração econômica ao final do ano. Os dados do PIB do 3º trimestre para o 4º trimestre de 2024 não foram animadores, com variação de 0,2%, praticamente estagnado. O consumo das famílias recuou -1,0%, enquanto as importações recuaram -0,1% e as exportações também tiveram queda, de -1,3%.

41 A Selic saiu de uma taxa de 10,5% em setembro/2024 para 14,75% em maio/2025, cujo objetivo do Banco Central é aproximar a inflação medida pelo IPCA/IBGE (atualmente em 5,49%) ao centro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que está em 3%.

42 A meta de inflação é um dos mecanismos do chamado “tripé macroeconômico”, adotado pelo Brasil em 1999, após a maxidesvalorização do Real, inserindo o país num novo regime de acumulação financeirizado mundializado e que alguns autores denominaram “Padrão de desenvolvimento liberal periférico”.

43 Importante registrar que a meta de inflação, definida pelo CMN foi rebaixada de um patamar inicial de 8% (com bandas de tolerância de +/- 2%), reduzida para 4,5% em 2005, e, a partir de 2018 foi sendo reduzida gradativamente até atingir o patamar de 3% em 2024.

44 O debate atual entre economistas de diferentes vertentes teóricas questiona a factibilidade da atual meta de inflação em 3%. Consideram-na irrealista e deveria ser alterada. Marconi, por exemplo, questiona: “Não seria melhor termos uma meta de inflação mais realista e uma taxa de juros menor e uma decorrente despesa financeira declinante?”. E defende uma combinação melhor equilibrada entre política fiscal expansionista e política monetária menos contracionista, a partir de um projeto de desenvolvimento que permita mudança na meta de inflação, redução da taxa de juros, que permita a retomada dos investimentos públicos e a expansão dos investimentos privados. O repasse cambial para os preços é também um elemento de instabilidade macroeconômica. Segundo o Banco Central, dentre os preços livres, alimentação no domicílio é o grupo mais impactado por uma depreciação cambial. Uma depreciação de 10% no câmbio causa aumento de 1,4 ponto percentual na inflação de

alimentos. Em 2024, os preços livres foram os que mais contribuíram para a variação do IPCA e foram influenciados especialmente pela chamada “inflação importada”, ou seja, advinda da variação cambial, seguido dos preços das commodities.

45 Por outro lado, o diferencial da taxa de juros entre Brasil e EUA tende a aumentar as operações de carry trade, mantém o Brasil num elevado nível de subordinação ao rentismo, além de elevar a volatilidade da taxa cambial. O comportamento dos preços dos alimentos em 2024 pode ser atribuído à combinação do aumento das cotações das commodities agrícolas no mercado internacional e da forte depreciação cambial. Com a desvalorização cambial (18%), o preço dessas commodities em reais aumentou, tornando as exportações mais lucrativas. Uma parcela dessa produção foi direcionada para exportação, reduzindo a oferta interna, causando aumento de preços.

46 Os alimentos que estão presentes na mesa dos brasileiros advêm, principalmente, da agricultura familiar, com 70% de participação na produção nacional e ocupando quase 67% das terras rurais. É evidente a importância da reforma agrária no Brasil para enfrentar a crise de insuficiência de alimentos para a população e de alta nos preços. Com mais terras disponíveis para a agricultura familiar, teremos mais oferta de alimentos para as famílias brasileiras, reduzindo o impacto que a produção de commodities agrícolas causa na oferta de alimentos no território nacional.

Mercado de Trabalho

47 Em 2024, o mercado de trabalho no país registrou taxa de 6,6% de desocupação, recuo de 1,2 ponto percentual em relação a 2023 (7,8%). Foram 7,4 milhões de pessoas desocupadas em 2024. A população ocupada totalizou 103 milhões de pessoas, recorde da série histórica (desde 2012). O nível da ocupação, que é o percentual da população ocupada em idade de trabalhar ficou em 58,6%, 1,0 ponto percentual (p.p.) a mais que em 2023. O total de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, ou seja, aquelas pessoas que gostariam de trabalhar mais horas, mas não encontraram oportunidades, foi estimado em 5,1 milhões de pessoas e apresentou recuo de 6,0% frente ao ano anterior. Já a população desalentada, ou seja, o grupo de pessoas que gostaria de trabalhar, mas que desistiu de procurar emprego pois acredita não conseguir ou não vê oportunidades em sua região, atingiu o total de 3,3 milhões de pessoas em 2024, redução de 11,2% em relação a 2023.

48 O contingente de trabalhadores com carteira de trabalho assinada foi de 38,7 milhões de pessoas (+2,7%) e aqueles sem carteira assinada no setor privado registrou aumento de 6,0% em 2024, representando 14,2 milhões de pessoas. Os trabalhadores por conta própria totalizaram 26,0 milhões, alta de 1,9% no ano. Em 2024, o número de trabalhadores domésticos caiu 1,5%, alcançando 6,0 milhões de pessoas. A informalidade ficou em 39,0% em 2024, praticamente estável em relação a 2023 (39,2%). O rendimento real do trabalho foi estimado em R\$ 3.225 e significou 3,7% de crescimento comparado ao estimado em 2023. A massa de rendimento real foi de R\$ 328,6 bilhões, o maior da série, com alta de 6,5% (mais R\$ 20,1 bilhões) em relação a 2023.

49 Em 2025, a taxa de desocupação foi de 7% no trimestre terminado em março de 2025, ou 7,7 milhões de pessoas, maior em relação ao trimestre encerrado em dezembro de 2024, segundo a PNADC. Esse aumento foi resultado do crescimento da população desocupada em 13,1%, ou 891 mil pessoas a mais em busca de trabalho. A população ocupada no país recuou em 1,3 milhão, contribuindo também para o aumento da desocupação. O total de trabalhadores com carteira assinada, por sua vez, não apresentou redução e finalizou o 1º trimestre de 2025 em 39,4 milhões de pessoas. Por outro lado, o número de trabalhadores sem carteira no setor privado diminuiu em 751 mil pessoas (queda de 5,3%) e totalizou 13,5 milhões de pessoas, principalmente no setor de Construção, serviços domésticos e educação. O rendimento médio das pessoas ocupadas foi de R\$ 3.410 no 1º trimestre de 2025, variação positiva de 1,2% no trimestre e 4% anualmente.

50 Os dados do Novo Caged, cujo saldo em março de 2025 foi de 71.576 novos postos de trabalho, sendo 48.922 vagas preenchidas por mulheres e 22.654 por homens. O setor de Serviços foi o que mais gerou postos de trabalho (+362.866), seguido da Indústria, com 153.868 vagas e da Construção Civil, com 100.371 novas vagas criadas.

51 Apesar dos resultados positivos do mercado de trabalho, corroborados pelo Novo Caged, o atual crescimento evidencia maior precarização em termos salariais. O estudo do professor Nelson Marconi da FGV, destaca o aumento das ocupações do setor privado, nos extremos da distribuição de habilidades e salários, ou seja, em ocupações que exigem elevada qualificação e em grupos com menor qualificação, especialmente em grupos/ocupações com salários relativamente baixos. Notou-se também uma redução dos salários relativos dos que recebem maiores remunerações. O mercado de trabalho está aquecido, mas os empregos são de pior qualidade, com menores remunerações relativas.

52 Apesar da melhora relativa de alguns indicadores econômicos e sociais: redução do desemprego; queda da desigualdade de renda; retomada de políticas de distribuição de renda; retomada da política de valorização do salário mínimo e seus impactos em grande parte da renda dos brasileiros, o país está indiscutivelmente distante de resolver os males da pobreza e da desigualdade. Tanto é que o mercado de trabalho está mais desigual, com geração de empregos de pior qualidade e com remunerações relativas menores; os rendimentos salariais médios ainda são insuficientes para a manutenção de uma família de quatro pessoas, considerando o salário mínimo necessário do DIEESE (atualmente em R\$ 7.638,62); o endividamento atingiu 77,6% das famílias e o percentual de famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso foi de 12,4%; cresce a exploração das jornadas intensivas e extensivas de trabalho, como a jornada 12x36 horas e a escala 6x1, assim como aumenta a proporção de trabalhadores com insuficiência de horas trabalhadas (com 5,1 milhões de pessoas nessa condição); a população enfrentando uma enorme carestia; a crise de moradia de décadas (o déficit habitacional está em 6 milhões de domicílios); a estrutural desindustrialização, em que pese a atual política de retomada da indústria, com seus impactos para a estrutura de empregos e de renda média brasileira. Aliado a estes indicadores, o Brasil vive, em 10 anos, a maior crise de saúde mental no mercado de trabalho e registrou em 2024 o maior número de afastamentos do trabalho por transtornos mentais desde 2014: mais de

470 mil, sendo 64% (301,3 mil) mulheres e 36% (170,9 mil) homens. Um aumento de 68% em relação a 2023.

53 Mesmo sobre o tema desigualdade de renda, cujo Índice de Gini registrou o menor patamar da série histórica iniciada em 2012, ao confrontarmos com o rendimento médio domiciliar per capita, os 10% mais ricos recebiam 13,4 vezes o que ganham os 40% da população com os menores rendimentos.

54 O próprio Índice da Condição do Trabalho (ICT-DIEESE) indicou melhora relativa do mercado de trabalho, mas a distribuição desigual dos rendimentos do trabalho e a desaceleração da geração de empregos formais têm impedido avanços mais robustos nesse mercado e indica que a precarização do trabalho é o principal obstáculo para que o ICT-DIEESE volte ao patamar anterior à crise de 2014/2015, reflexo da perda de participação do emprego com carteira assinada e do emprego público na ocupação. Ainda há enormes gargalos estruturais e as desigualdades são abissais no Brasil.

Negociações Coletivas

55 A análise das negociações coletivas é importante para compreender a dinâmica relativa do mercado de trabalho. Todos os meses, sindicatos e federações negociam uma série de cláusulas nos processos de negociação coletiva, que envolvem cerca de 45% dos trabalhadores ocupados. As mesas de negociação dos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho (ACT/CCT) são um dos instrumentos fundamentais que o movimento sindical dispõe para buscar melhores remunerações e condições de trabalho para as inúmeras categorias profissionais no Brasil. O DIEESE analisa periodicamente esses resultados e no período de 2018 a 2024, os reajustes salariais acima da inflação oscilaram bastante em função da alta volatilidade dos preços no período 2018-2022. O pior resultado ocorreu em 2021, com 15,6% dos reajustes salariais acima da inflação medida pelo INPC/IBGE, que atingiu 10,1% nesse ano.

56 Em 2022 os resultados ainda são negativos para os trabalhadores, com 26,2% das negociações abaixo da inflação. Melhora relativa começa em 2023, quando o INPC foi de 3,71% e os reajustes salariais acima da inflação foi alcançado para 76,8% das negociações. Em 2024, os reajustes acima da inflação atingiram 83,9% das negociações, mesmo após ligeiro aumento da inflação no ano (4,7%). Em 2025, o comportamento das negociações teve resultados positivos em janeiro e fevereiro, com mais de 80% delas com ganhos reais. A partir de março, há um recuo nos percentuais de negociações com reajustes acima da variação do INPC, com 79,1% em março e 67,7% em abril. Notou-se também um percentual expressivo de negociações com reajustes abaixo da inflação em abril, presentes em 20% dos casos analisados. O aumento da inflação é um dos fatores para a piora dos resultados das negociações de reajustes salariais. O reajuste necessário para recompor o poder de compra dos trabalhadores, em abril/2025, foi 5,2%, frente a 4,87% em março e 4,17% em fevereiro. Para maio, o reajuste necessário será ainda maior: 5,32%.

57 Os resultados por setores econômicos, rurais e serviços apresentam os melhores resultados das negociações de reajustes salariais acima da inflação, com 86,8% e 84,5%, respectivamente.

A indústria vem em seguida, com 81,1%; e o comércio, por último, com 77,3%. Com relação à variação percentual real média, ou seja, quanto foi conquistado acima da inflação, rurais e serviços obtiveram os maiores valores, com 1,74% e 1,40%, respectivamente. A indústria obteve 1,09% e o comércio 0,79% acima da variação do INPC.

2. RAMO METALÚRGICO

58 O ramo metalúrgico está ligado ao setor da indústria de transformação, que é definido pelas atividades que envolvem a transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes, com a finalidade de obter produtos novos. Tudo que é transformado nesse setor são insumos produzidos nas atividades agrícolas, florestais, de mineração, da pesca e produtos de outras atividades industriais.

59 Possui uma divisão muito heterogênea, sendo encontrado ao longo das diversas cadeias produtivas dos demais setores da economia. Está relacionado exclusivamente à produção e transformação dos metais, abarca desde a fundição dos minérios metálicos (ferro, zinco, cobre, alumínio etc.) até a construção de grandes plataformas petrolíferas, produção automobilística, itens domésticos – como ferramentas, talheres, geladeiras – e máquinas para uma infinidade de outros setores, passando por processos como usinagem, estamparia, forjaria, montagem, controle de qualidade, entre outros, a depender do segmento que é tratado.

60 Embora este ramo – assim como toda a indústria de transformação – produza, em geral, bens tangíveis (mercadorias), algumas atividades de serviços são também incluídas no seu âmbito, tais como os serviços industriais, a montagem de componentes de produtos industriais, a instalação de máquinas e equipamentos e os serviços de manutenção e reparação. Os serviços industriais constituem parte integrante da cadeia de transformação dos bens e exigem equipamentos, técnicas e habilidades específicas, características do processo industrial, e tanto podem ser realizados em unidades integradas como em unidades especializadas.

61 Por conta dessa diversidade do ramo metalúrgico (que trata de produtos para consumo básico, consumo intermediário e de bens de capital) é feita a divisão deste com o objetivo de entender a especificidade de cada segmento, seu histórico, desenvolvimento e desafios. A separação feita a partir da ótica dos trabalhadores metalúrgicos da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores (CNM/CUT), por segmentos utilizados aqui, são as seguintes: siderurgia e metalurgia básica; eletroeletrônico; aeroespacial e de defesa; naval, bens de capital mecânico (divididos em máquinas e equipamentos e máquinas e equipamentos agrícolas); automotivo (divididos em montadoras e autopeças); e outros materiais de transporte.

62 Para o levantamento de dados do ramo metalúrgico, delimitou-se o campo a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na sua versão 2.0, composta por modelo hierárquico, organizado por ordem de agregação em divisões, classes e subclasses, um código em que cada estabelecimento

(empresa/fábrica) está cadastrado. Essa classificação se refere exclusivamente ao ramo (divisão da 24 a 30 e 33).

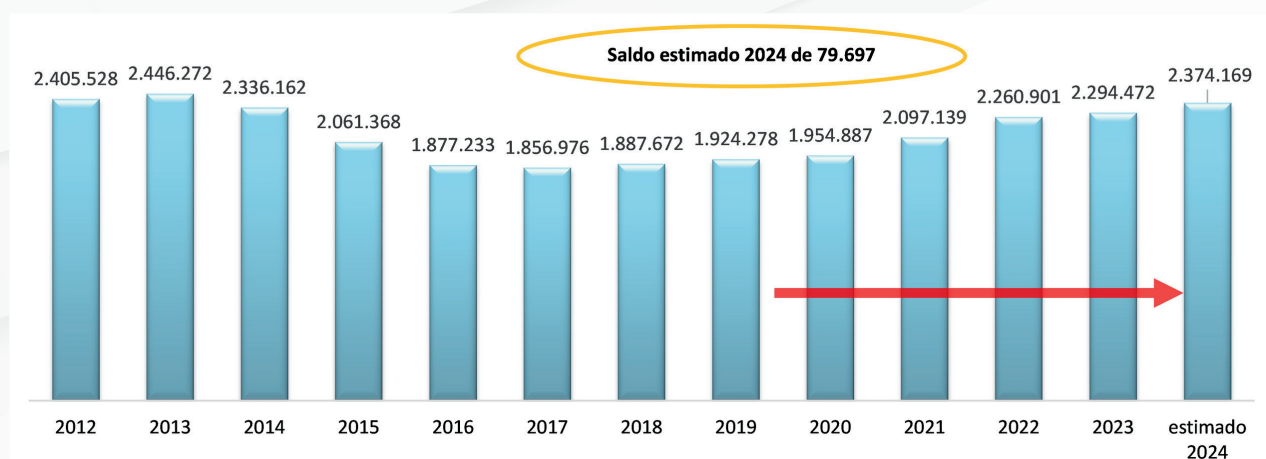
Evolução do emprego no ramo metalúrgico brasileiro

63 O emprego no ramo metalúrgico brasileiro apresentou forte expansão em seu mercado de trabalho formal até 2013, ano em que atingiu seu auge de postos de trabalho com carteira assinada, segundo dados do Ministério do Trabalho (MTb). Em 2009, ano imediatamente após a eclosão da crise internacional, o mercado de trabalho recuou e mais de 60 mil postos foram fechados. Nos anos seguintes, de 2010 a 2013, há uma retomada e são gerados 413.799 empregos. No período entre 2014 e 2017 essa trajetória se inverte e mais de 589 mil postos de trabalho são fechados, segundo os dados da RAIS.

64 O impacto da crise mundial do capitalismo, com seu início em 2008, foi profundo e prolongado. Foram necessários dez anos (2003-2013) de crescimento industrial para criar mais de um milhão de empregos na metalurgia e, em apenas quatro anos (2014-2017), mais da metade desses postos de trabalho desapareceram.

65 Entre 2018 e 2020, período anterior à pandemia, são gerados 97.911 vínculos de emprego. Nos anos de 2021 e 2022 a taxa de crescimento varia entre 7,3% e 7,8%, quando são gerados 306.014 postos de trabalho, finalizando 2023 com crescimento próximo a média dos últimos anos (+1,5%) e geração de 33.571 vínculos. A estimativa para 2024, com base nos dados do Novo Caged, são 2,3 milhões de trabalhadores metalúrgicos.

GRÁFICO 1 EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO RAMO METALÚRGICO Brasil, 2003-2024



Fonte: RAIS/Novo Caged. MTE.

Elaboração: Subseção DIEESE/CNM-CUT.

Obs.: Valor estimado para 2024 com dados do Novo Caged.

66 Em 2023, o ramo esteve presente em 1.897 municípios de todas as Unidades da Federação

(UF), queda de 3,0% em comparação com 2022, segundo informações da RAIS.

A distribuição dos trabalhadores metalúrgicos no país mantém a concentração estrutural da atividade na região Sudeste, com 58,9% do total de vínculos em 2023, seguida da região Sul, com 26,3%.

67 A análise estadual manteve São Paulo no topo do ranking, com 39,1% dos postos de trabalho, seguido por Minas Gerais, com 12,1%, Rio Grande do Sul, com 10% e Santa Catarina, com 8,6%. No entanto, entre 2022 e 2023 houve crescimento de 1,5% no emprego metalúrgico, totalizando 2,2 milhões de trabalhadores no Brasil.

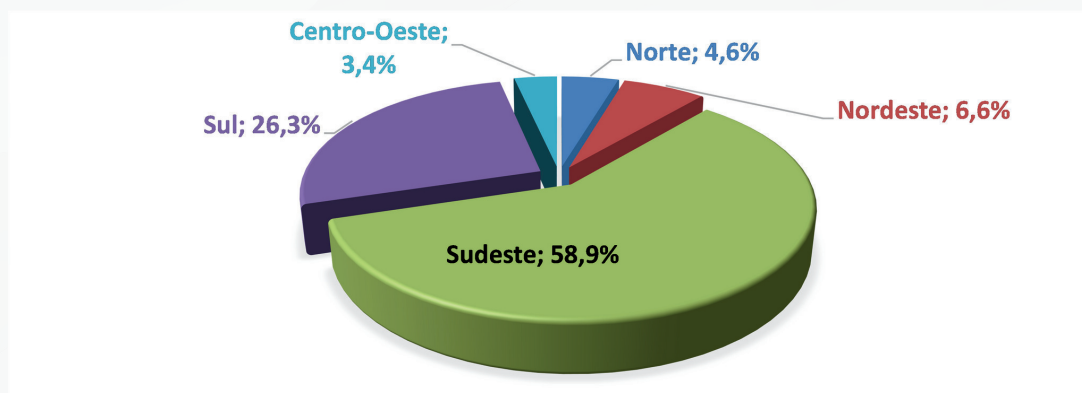
TABELA 1
Distribuição dos metalúrgicos por unidade da federação (2023)

Unidade da Federação	nº trabalhadores	Remuneração média (R\$)	Part (%)
São Paulo	896.951	4.990,34	39,1%
Minas Gerais	277.160	4.038,93	12,1%
Rio Grande do Sul	228.395	4.274,57	10,0%
Santa Catarina	197.718	4.001,87	8,6%
Paraná	176.271	4.109,39	7,7%
Rio de Janeiro	136.525	4.216,87	6,0%
Amazonas	76.801	4.058,11	3,3%
Bahia	39.441	2.964,97	1,7%
Pernambuco	45.377	3.084,75	2,0%
Ceará	36.290	2.712,44	1,6%
Espírito Santo	41.059	4.065,40	1,8%
Goiás	41.157	3.001,36	1,8%
Pará	22.950	3.974,49	1,0%
Mato Grosso	16.968	2.658,79	0,7%
Mato Grosso do Sul	12.712	2.706,97	0,6%
Maranhão	11.167	3.728,04	0,5%
Sergipe	5.264	1.961,84	0,2%
Paraíba	6.314	1.566,07	0,3%
Distrito Federal	5.437	2.621,28	0,2%
Piauí	3.602	2.083,35	0,2%
Rondônia	3.907	2.277,78	0,2%
Rio Grande do Norte	5.210	3.246,18	0,2%
Alagoas	4.331	2.075,29	0,2%
Tocantins	2.482	2.272,41	0,1%
Amapá	341	1.600,00	0,0%
Acre	394	1.793,86	0,0%
Roraima	246	1.542,75	0,0%
Total	2.294.472	4.322,13	100,0%

Fonte: RAIS. MTE
Elaboração: Subseção DIEESE/CNM-CUT

68 Por região, os metalúrgicos estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul, com 58,9% e 26,3% de participação, respectivamente. O restante está distribuído na região Nordeste, com 6,6%, seguidos das regiões Norte e Centro Oeste, com 4,6% e 3,4% respectivamente.

GRÁFICO 2
Distribuição dos metalúrgicos por região - Brasil (2023)



Fonte: RAIS. MTE.
Elaboração: Subseção DIEESE/CNM-CUT

69 Todos os segmentos metalúrgicos apresentaram crescimento em 2023, comparados a 2022. O segmento naval foi o que teve maior crescimento (10,5%), seguido de Outros materiais de transporte (8,4%) e Aeroespacial (7,2%). A variação média nominal aumentou 6,3% (R\$ 4.322). A remuneração média real em 2023 foi de R\$ 4.493, aumento de 2,1% em relação à remuneração média real de 2022, que foi em R\$ 4.402.

TABELA 2
Distribuição dos metalúrgicos, por segmento CNM/CUT e remuneração média real Brasil, 2022-2023

Segmento	2022			2023			Variação nº trabalhadores	Variação remun. média
	nº trabalhadores	Remuneração média (R\$)	Part %	nº trabalhadores	Remuneração média (R\$)	Part %		
Aeroespacial e Defesa	37.573	7.875	1,7%	40.291	8.070	1,8%	7,2%	2,5%
Automotivo	442.245	5.226	19,6%	442.956	5.263	19,3%	0,2%	0,7%
Eletroeletrônico	377.036	4.255	16,7%	377.107	4.372	16,4%	0,0%	2,7%
Bens de capital	637.583	4.301	28,2%	651.772	4.410	28,4%	2,2%	2,5%
Naval	39.990	4.195	1,8%	44.189	4.266	1,9%	10,5%	1,7%
Outros materiais transportes	34.292	5.170	1,5%	37.178	5.133	1,6%	8,4%	-0,7%
Siderurgia e metalurgia básica	692.182	3.834	30,6%	700.979	3.924	30,6%	1,3%	2,3%
Total	2.260.901	4.402	100,0%	2.294.472	4.493	100,0%	1,5%	2,1%

Fonte: RAIS
Elaboração: DIEESE, subseção CNM/CUT
Nota: remuneração média real, a preços de dezembro de 2024, tendo como referência o INPC/IBGE

70 A participação das mulheres metalúrgicas ficou em 19,4%, aumento de 0,3 p.p. em relação a 2022. Por sua vez, a remuneração média recebida pelas mulheres foi de R\$ 3.633, aumento de

7,0% no período analisado e inferior em 19% em relação à dos homens, cuja remuneração média foi de R\$ 4.488 em 2022.

TABELA 3
Emprego e remuneração segundo sexo
Brasil, 2022/2023

Sexo	2022			2023			Variação empregos	Variação remun. média
	nº trabalhadores	Part (%)	Rem média (R\$)	nº trabalhadores	Part (%)	Rem média (R\$)		
Masculino	1.828.857	80,9%	4.225	1.849.041	80,6%	4.488	1,1%	6,2%
Feminino	432.040	19,1%	3.394	445.431	19,4%	3.633	3,1%	7,0%
Total	2.260.897	100%	4.066	2.294.472	100%	4.322	1,5%	6,3%

Fonte: RAIS

Elaboração: DIEESE, subseção CNM/CUT

obs: remuneração diferente de zero - excluídos vínculos com remuneração igual a zero

71 O quadro comparativo a seguir resume algumas características do perfil da base metalúrgica. O destaque para a escolaridade dos metalúrgicos, com aumento dos trabalhadores com Ensino Médio completo e de Ensino Superior. A proporção de trabalhadores com até 35 anos reduziu-se no período analisado.

QUADRO 1
Características da base metalúrgica - critérios selecionados
Brasil, 2023/2022

CRITÉRIO	2023	2022
Porte da empresa*	33,3% trabalhavam em empresas de grande porte, 25,1% trabalhavam em médias empresas e; 41,6% estavam em micro e pequenas empresas.	33,9% trabalhavam em empresas de grande porte, 24,9% trabalhavam em médias empresas e; 41,2% estavam em micro e pequenas empresas.
Jornada	11,0% com jornadas de até 40 horas semanais e; 85,2% com jornadas entre 41 a 44 horas semanais.	11,1% com jornadas de até 40 horas semanais e; 87,4% com jornadas entre 41 a 44 horas semanais.
Escolaridade	63,9% possuíam o ensino médio completo; 18,1% tinham ensino médio incompleto ou menos e; 18,0% tinham algum grau de nível superior.	63,5% possuíam o ensino médio completo; 18,8% tinham ensino médio incompleto ou menos e; 17,8% tinham algum grau de nível superior.
Idade	28,4% tinham até 29 anos 55,7% de 30 a 49 anos 15,8% acima de 50 anos	28,9% tinham até 29 anos 56,1% de 30 a 49 anos 15,0% acima de 50 anos

Fonte: RAIS. MTE.
Elaboração: Subseção DIEESE/CNM-CUT

Obs.: (*) Para a classificação dos estabelecimentos segundo porte foi adotada a metodologia constante no Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios, elaborado pelo DIEESE.

Resultados da indústria Brasileira

72 A indústria fechou 2024 com relativo crescimento da produção, resultado de um crescimento difundido entre os diferentes ramos da indústria, o emprego industrial se expandiu, superando o aumento do emprego do agregado do setor privado. O patamar da produção industrial em dezembro/2024 ainda é 11% inferior ao registrado em dezembro/2023.

73 A variação da produção industrial mensal (PIM/IBGE) acumulada em 2024 apresentou crescimento de 3,1% para a indústria geral. A Indústria de transformação cresceu 3,7%, enquanto a indústria extrativista ficou estagnada (0,0%). As quedas consecutivas nos 3 últimos meses de 2024 eliminaram o crescimento registrado em agosto e setembro do mesmo ano. Das 24 divisões das indústrias de transformação, 66,7% tiveram crescimento e 33,3% (8 delas) indicaram queda.

74 Apesar do resultado positivo em 2024, os sinais de curto prazo são negativos: 3 meses de quedas consecutivas em outubro/2024 (-0,2%); novembro/2024 (-0,7%) e dezembro/2024 (-0,3%). Os efeitos climáticos; taxa de juros e volatilidade cambial são algumas das causas. O processo de aumento da Selic é um obstáculo para o crescimento sustentado da indústria – os ramos industriais que mais contribuíram para o crescimento em 2024 são sensíveis às condições de financiamento (eletrônicos/informática; veículos; máquinas/aparelhos elétricos; móveis; outros equipamentos de transporte).

75 Em 2025, a indústria cresceu, mas em ritmo menor. A produção acumulada entre janeiro e março teve variação positiva de 1,9%, em função do mês de março, cujo resultado foi de +3,1%. No acumulado dos últimos doze meses, variou positivamente 3,1% em março/2025 e está 2,8% acima do patamar pré-pandemia (fevereiro/2020), mas ainda 14,4% abaixo do nível recorde alcançado em maio/2011.

Produção Regional Industrial

76 Em 2024 houve crescimento em 17 dos 18 locais pesquisados na pesquisa industrial regional, com os seguintes destaques:

- SC (+7,7%) - máquinas, aparelhos e materiais elétricos, máquinas e equipamentos, confecção de artigos do vestuário e acessórios, e produtos alimentícios.
- RN (+7,4%) - de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (óleo diesel).
- CE (6,9%) - artefatos do couro, artigos de viagem e calçados, confecção de artigos do vestuário e acessórios, e produtos têxteis.
- PA (+5,7%) - metalurgia e fabricação de minerais não metálicos.
- SP (+3,1%) - Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (14,9%) e Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

77 No primeiro trimestre de 2025, dentre os parques industriais regionais, 61% se saíram pior neste início de ano do que no final de 2024. Norte e Nordeste apresentaram as maiores quedas, especialmente Pernambuco (-20,8%) e Rio Grande do Norte (-19,7%). Em Pernambuco, sob influência de minerais não metálicos, metalurgia, outros equipamentos de

transporte e coque, derivados de petróleo e biocombustíveis e no segundo caso devido a este último ramo.

- *Brasil: +3,9% no 3º trim/24; +3,1% no 4º trim/24 e +1,9% no 1º trim/25;*
- *São Paulo: +3,2%; +0,6% e +1,1%, respectivamente;*
- *Rio de Janeiro: -2,2%; -6,2% e -0,5%;*
- *Minas Gerais: +5,7%; +1,5% e +0,3%;*
- *Rio Grande do Sul: +2,0%; +2,8% e +0,8%;*
- *Amazonas: +2,5%; +8,4% e -3,3%;*
- *Nordeste: +5,5%; +4,4% e -4,2%, respectivamente.*

Nova Política Industrial no Brasil

78 Em janeiro de 2024, o governo federal apresentou uma nova proposta de política industrial para o país, a chamada Nova Indústria Brasil (NIB), que representa a base de uma estratégia industrial, cujo propósito é reposicionar a indústria de transformação como elemento central na estratégia nacional de desenvolvimento sustentável até 2033. O Plano de Ação para a Neointustrialização busca fomentar uma indústria mais digital, sustentável e eficiente. O plano abrange tanto questões relacionadas à produtividade, quanto à eficiência energética, a fim de melhorar a qualidade de vida da população brasileira e fortalecer a soberania nacional, reduzindo as vulnerabilidades em relação ao mercado internacional e foi estruturado em seis missões, a saber:

- **Missão 1:** *Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar nutricional e energética*
- **Missão 2:** *Complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde*
- **Missão 3:** *Promoção de Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e bem-estar nas cidades*
- **Missão 4:** *Transformação digital da indústria para ampliar a produtividade*
- **Missão 5:** *Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energética para garantir os recursos para as futuras gerações*
- **Missão 6:** *Tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais*

79 A indústria é o setor mais dinâmico da economia, capaz de gerar mais e melhores empregos, especialmente quando se concentra em setores de alta e média alta densidade tecnológica. Dentre todas as atividades econômicas, é na indústria onde se localizam as atividades com maior potencial de desdobramento para outros setores, já que ela cria e recria novos produtos, insumos, tecnologias e processos, além de gerar emprego.

80 Os novos processos e tecnologias sofrem um “transbordamento” e acabam sendo utilizados em outros setores da economia (sendo inclusive por ela demandados), elevam o gasto em investimentos e a produtividade da economia como um todo. É também na indústria que o avanço tecnológico tem maior potencial para virar inovação. Não existem, na experiência mundial, países desenvolvidos e populosos sem uma indústria forte.

- 81** A ênfase no segmento industrial traz melhorias diretas e indiretas ao conjunto da classe trabalhadora com soberania produtiva, ganhos de produtividade, fomento ao consumo, fortalecendo o mercado interno para superarmos a armadilha da “renda média”. Foi a partir desse diagnóstico, que a NIB foi apresentada.
- 82** O movimento sindical, através do Plano Indústria 10+ considera o mesmo diagnóstico para a indústria brasileira e ressalta o investimento em setores estratégicos para a base industrial brasileira, mas também garantir que os benefícios dessa evolução sejam amplamente compartilhados entre trabalhadores e a sociedade. O Plano apresenta propostas para impulsionar a competitividade e a sustentabilidade do setor industrial brasileiro. Traz destaque para as mudanças em curso no mundo, particularmente na transição tecnológica e energética, e mostra que o Brasil tem uma oportunidade histórica de romper com o modelo de dependência de tecnologias externas, pois essa transição oferece a chance de investir em inovação local, desenvolver soluções sustentáveis e diversificar nossa economia.
- 83** A visão de futuro proposta pelo Plano inclui vários aspectos fundamentais, sendo a mais importante delas a mudança de concepção de Política Industrial: trata-se da construção de uma política industrial que não visa apenas reindustrializar a indústria nacional. O escopo da proposta define a reindustrialização não como um fim em si mesma, mas um meio para a conquista do desenvolvimento social amplo, com o Estado coordenando as ações, visando à superação dos problemas econômicos e sociais do país.
- 84** Em dezembro de 2024, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), vinculado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), instalou o grupo de trabalho Desafios de Adensamento das Cadeias Produtivas Prioritárias das Missões da NIB. O secretário executivo do MDIC, Márcio Elias Rosa, ressaltou a importância de se ter cadeias produtivas bem desenhadas para que reflitam as complexidades da economia e permitam o enfrentamento dos desafios atuais. Por sua vez, Uallace Moreira, Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do MDIC ressaltou o estabelecimento de 18 cadeias produtivas, três para cada missão. “Estamos agora numa segunda fase, em janeiro começa o diálogo de cada cadeia produtiva, para sabermos que medidas podem destravar novos investimentos e prosseguir na implementação da política industrial”. Até o momento o setor privado já anunciou R\$ 2,2 trilhões de investimentos, nas cinco missões anunciadas.
- 85** O movimento sindical considera que o sucesso da NIB dependerá, dentre outros fatores, de como as transformações do mundo do trabalho serão tratadas. Estamos em um processo inexorável do mundo do trabalho, cujas mudanças extinguirão ocupações, outras estão e serão criadas e muitas dependerão de qualificações extra para manterem-se vivas. Nesse sentido, o mundo do trabalho não pode ser negligenciado nos debates da NIB e o movimento sindical reivindica participação ativa nos diversos grupos de trabalho, com a visão dos trabalhadores para proteger empregos, sem conciliações que os fragilizem.

3. EIXOS DE ATUAÇÃO DA CNM/CUT

- 86** A CNM/CUT organiza sua estratégia de atuação através de três eixos estruturantes que orientam suas ações.

3.1 POLÍTICAS GERAIS E PERMANENTES

- 87** Uma das principais marcas do Governo atual foi a implementação de políticas sociais que tiveram grande impacto na vida dos(as) brasileiros (as) de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade, como por exemplo a valorização do salário mínimo, os programas de transferência de renda e a ampliação do acesso a serviços de saúde e educação.

- 88** Esses programas beneficiam pessoas em situação de pobreza e atendem atualmente mais de 20,8 milhões de famílias. Tais programas, cujo principal é o Bolsa Família, são considerados os principais responsáveis pela redução da pobreza no país.

- 89** Faz-se necessário relembrar o retrocesso ultra neoliberal operado no governo anterior que impactou a realidade de milhares de brasileiros, através da negação ao enfrentamento direto ao conjunto de direitos e políticas públicas, inclusive com o desfinanciamento dessas políticas, desregulamentação e privatizações e que colocou o país, em especial as classes mais baixas, em patamares econômicos e sociais piores e em condições degradantes, tanto que milhões de pessoas ainda sofrem as consequências dos desmontes e contrarreformas operacionalizadas. Considerando a heterogeneidade da classe trabalhadora, a desigualdade social e econômica vigente e o quão sensível grande parte da população brasileira é a medidas de governo que podem aumentar tais disparidades, o movimento sindical tem papel fundamental no que se refere à defesa de políticas públicas, bem como na elaboração de ações que busquem a redução de desigualdades, combate à toda e qualquer forma de discriminação e melhorem a vida em sentido integral dos trabalhadores e trabalhadoras.

- 90** Portanto, sob a perspectiva do trabalho decente, que tem por objetivos garantir a mulheres e homens, considerando suas diversidades raciais, de gênero e etárias, oportunidades de emprego produtivo em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade, a CNM/CUT desenvolve políticas que perseguem a concretização deste conceito, trazendo também para o chão da fábrica e para as negociações dos acordos e convenções coletivas, pautas que a sociedade civil organizada e movimentos sociais debatem e organizam.

- 91** As políticas gerais e permanentes são uma estratégia para atuar em todas as frentes que interferem direta ou indiretamente na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras que, longe de serem um grupo homogêneo, são compostos por diversas identidades e todas elas formam um só universo no mundo do trabalho. As questões identitárias não podem ser um divisor da classe trabalhadora, mas ao contrário, um fator de reconhecimento da necessidade de ações específicas que contribuam para que todos e todas tenham oportunidades iguais no mundo do trabalho e na vida.

- 92** Entre os eixos de atuação da CNM/CUT, estão as políticas gerais e permanentes que envolvem as seguintes Secretarias: Mulheres; Igualdade Racial; Políticas Sociais; Juventude; Saúde, Meio Ambiente e Previdência Social.

- 93** Esse eixo de atuação é um instrumento objetivo de luta por mudanças de comportamentos

que reproduzem visões e práticas de exclusão e discriminação nas relações sociais e prima pelo bem estar integral de trabalhadores e trabalhadoras metalúrgicos (as). Deve, portanto, valorizar e incentivar a solidariedade, a integração e a luta por igualdade e equidade de direitos e o respeito a todos e todas sem distinções.

94 Atuar no âmbito das políticas gerais e permanentes significa lutar pela existência da classe trabalhadora considerando sua diversidade e promovendo seu bem-estar. Assim, perspectiva fundamental é a luta pela saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

95 A saúde dos trabalhadores e trabalhadoras metalúrgicos está diretamente relacionada às condições de trabalho impostas pelo capital, portanto a Confederação defende que a saúde dos(as) metalúrgicos(as) seja tratada como um direito e não como um custo.

Portanto, diante de um contexto desigual e excludente, esse eixo de atuação é fundamental para equilibrar a correlação de forças diante da diversidade existente na sociedade e da atuação perversa do capital e assim, contribuir para dar voz a estes grupos historicamente excluídos, para a igualdade de oportunidades e por fim, fortalecer a democracia.

96 A importância dessas políticas reside em vários aspectos:

- **1.** *Combate a discriminações históricas e estruturais, promovendo igualdade de oportunidades e condições para todos os (as) trabalhadores(as).*
- **2.** *Os sindicatos tornam-se mais representativos da diversidade da classe trabalhadora, ampliando sua legitimidade e capacidade de mobilização.*
- **3.** *Garante que grupos historicamente marginalizados tenham acesso aos mesmos direitos trabalhistas e sociais, como salários justos, saúde, condições dignas de trabalho e proteção contra assédio e discriminação.*
- **4.** *Reconhecer e valorizar as diferentes identidades fortalece a solidariedade entre os(as) trabalhadores(as), criando um movimento sindical mais unido e coeso.*
- **5.** *Permitem que pautas específicas sejam incluídas nas negociações coletivas, como igualdade salarial, licença parental, acessibilidade, combate ao racismo e promoção da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.*
- **6.** *Os sindicatos não apenas defendem os direitos dos(as) trabalhadores(as), mas também contribuem para garantir que todos os(as) trabalhadores(as) sejam tratados com dignidade e respeito, fortalecendo o movimento sindical e promovendo mudanças estruturais no mercado de trabalho e na sociedade como um todo.*

3.2 ORGANIZAÇÃO SINDICAL

97 Conforme consta no caderno de teses discutido no último congresso da CNM-CUT, este eixo busca organizar os (as) metalúrgicos (as) desde o seu local de trabalho - por meio das CIPAS e representações de base, passando pelo Sindicato, Federação, Confederação, Central (CUT) até o nível internacional através da IGU - IndustriALL Global Union.

A força de um sindicato vem da representatividade no local de trabalho, o que se mede pela sindicalização e presença sindical nas disputas internas nas fábricas, sejam elas as eleições das CIPAS, assembleias de campanha salarial ou negociações de PLR. A contribuição

assistencial/taxa negocial também constitui importante indicador de reconhecimento do sindicato.

98 É fundamental o trabalho permanente de formação política/sindical dos trabalhadores e trabalhadoras e de planejamento das ações do sindicato. Nesse sentido devemos continuar participando de projetos internacionais de sindicalização desenvolvidos pela IGU e incentivar a participação dos nossos sindicatos em espaços de formação on-line oferecidos pela Fundação Rosa Luxemburgo (Organizing for Power O4P). Um sindicato sem planejamento não consegue avançar em sua estratégia organizativa, nesse sentido a CNM deve ser capaz de atender demandas de sindicatos em seu planejamento, bem como estimular e oferecer suporte para planejamento de mandatos em seus sindicatos e federações afiliadas.

99 A CNM/CUT, cumprindo resoluções do congresso, seguirá atuando junto aos seus sindicatos e federações para ajudar na difusão da concepção sindical da CUT que prega um sindicalismo enraizado nos locais de trabalho, democrático, participativo, inclusivo, acolhedor e militante. Nossa tarefa é formar os trabalhadores e trabalhadoras reforçando que um sindicato não é simplesmente um prédio ou qualquer outra estrutura física, serviços, etc. A existência de um sindicato apenas faz sentido se trabalhadores e trabalhadoras estiverem organizados e conscientes de seu papel na transformação da sociedade.

100 A CNM através das secretarias de organização e política sindical, formação e relações internacionais se esforçará para que cada vez mais sindicatos tenham uma política de sindicalização e de organização que contemple nossa concepção e prática sindical. Ter sindicatos de base fortes e representativos é essencial, mas para dar conta das nossas tarefas nacionais e internacionais a CNM tem optado por uma organização nacional alicerçada através de seus coletivos, segmentos e redes sindicais por empresas.

101 Em âmbito internacional, nos organizamos através da Industriall Global Union e suas estruturas regionais e global, onde também existem espaços organizativos por segmentos/setores, redes e comitês e grupos de trabalho que discutem temas específicos.

102 A política de redes é fundamental para organizar trabalhadores e trabalhadoras de uma mesma empresa, pois além de ser um espaço ideal para troca de informações, acumula também o papel da construção de pautas nacionais unificadas. Atualmente a CNM/CUT organiza e acompanha em torno de 10 redes sindicais nacionais e/ou internacionais.

103 Já a organização dos segmentos é necessária para que discutamos agendas setoriais e suas particularidades. Existem seis segmentos metalúrgicos organizados: siderurgia, automotivo, eletroeletrônico, naval, bens de capital, defesa e aeroespacial. A organização em segmentos toma uma relevância ainda maior após a aprovação do programa de política industrial do Governo Federal (NIB) e de sua implementação, uma vez que tal programa desenvolve ações que visem fortalecer a indústria nacional com a geração de postos de trabalho decente.

104 Tanto a organização em redes como em segmentos são espaços importantes de construção de unidade na luta, já que em uma rede ou segmento existem sindicatos de diversas centrais sindicais.

105 Já os coletivos são fundamentais para que democraticamente com a participação de sindicatos de base e Federações os temas das políticas gerais e permanentes discutidas em outra parte

deste texto, sejam debatidos e pautas nacionais sejam elaboradas.

106 Claro que o trabalho organizativo é tarefa nossa e temos que ter autonomia para decidir as nossas formas de atuação, mas não podemos negar a importância de uma legislação que não crie dificuldades a organização sindical, negociação coletiva e formas de sustentação da estrutura sindical. Nesse sentido, a luta contra a reforma sindical do Temer/Bolsonaro está na ordem do dia e devemos atuar em nossos espaços sindicais, mas também em espaços do governo em defesa de uma legislação que possibilite a ação sindical enquanto ferramenta fundamental para a luta coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras.

3.3 CONTRATO COLETIVO NACIONAL DE TRABALHO - CCNT

107 O Contrato Coletivo Nacional de Trabalho é um dos eixos de atuação da CNM/CUT, aprovado em 2004 em seu 4º. Congresso, como uma ação estratégica e central para confederação. A presente resolução destaca que “O Contrato Coletivo Nacional de Trabalho visa estabelecer uma base mínima, de caráter nacional, geral e articulado, sobre a qual os (as) metalúrgicos (as) vão desenvolver as demais negociações...”.

108 Sendo a negociação coletiva um instrumento utilizado pelos sindicatos com o objetivo de garantir direitos, melhores condições de trabalho, melhores remunerações e uma maior proteção aos (as) trabalhadores (as), o CCNT será sempre meta de alcance da CNM/CUT como um dos caminhos de busca pela redução das desigualdades no embate capital e trabalho.

109 Nesse caminho, em 2012 foi realizada uma Conferência Nacional de Negociação Coletiva com o objetivo de compartilhar discussões em torno do CCNT e evidenciar a importância de estabelecer uma prática de negociação nacional.

110 “Para isso, propusemos a construção de uma pauta mais “enxuta” de reivindicações, a partir de um mapeamento realizado pelo SAAC – Serviço de Acompanhamento de Acordos Coletivos do DIEESE, das Convenções Coletivas assinadas na base da CNM/CUT, cujo objetivo era partir de cláusulas que já estavam presentes na maioria dos documentos negociados.” (Subseção do Dieese da CNM/CUT).

111 A conferência nacional aprovou cinco temas de cláusulas: Creche, Acesso ao local de trabalho, CIPA, Demissões, Duração e distribuição da jornada e Promoção da igualdade racial. Porém, o processo de negociação e inclusão das cláusulas, nos acordos e convenções coletivas, é uma tarefa de disputa política, contínua e difícil de realizar, pois, requer organização e fortalecimento dos sindicatos a partir da base e é impactado continuamente pela conjuntura do país.

112 Nos últimos anos, além de um cenário internacional adverso, a organização sindical brasileira foi duramente atingida por golpes e reformas que visaram e seguem tendo como objetivos reduzir direitos da classe trabalhadora, desregulamentar o mercado de trabalho, reforçar o discurso do individualismo, abrir ainda mais o caminho da precarização e reduzir os espaços das negociações coletivas.

113 O plano de lutas aprovado no 11º. Congresso da CNM/CUT, realizado em maio de 2023, indicou pautas importantes relacionadas ao CCNT, como “ampliar e fortalecer a participação

da CNM/CUT nos espaços de controle e diálogo social das políticas públicas, lutar pela melhoria dos acordos coletivos de Trabalho e convenções coletivas de trabalho, buscando a unificação das pautas de negociação, intensificar a luta pela criação e o fortalecimento dos mecanismos de proteção ao emprego e a renda e participar ativamente nas discussões por uma legislação sindical que garanta a liberdade sindical e a negociação coletiva”.

114 Nesses 33 anos de história, a CNM/CUT vem buscando construir planos de ação visando ampliar os acordos nacionais em sua base de atuação. Algumas conquistas recentes nesse campo do CCNT demonstram concretamente a importância dessa luta, uma delas refere-se a acordos nacionais de PLR que foram realizados com as empresas Otis Elevadores e TKE e que envolveram diversas plantas destas fábricas em todo o país. Outra batalha exitosa foi o acordo coletivo nacional de trabalhadores paradeiros de manutenção da Petrobrás, onde se estabeleceu condições mínimas de trabalho para companheiros terceirizados da manutenção nas refinarias da estatal.

115 E como estratégia central e permanente destaca-se a organização da confederação por redes sindicais de empresas e por segmentos do ramo metalúrgico, por serem ferramentas potenciais na busca por unidade na construção de acordos coletivos nacionais.

116 A CNM/CUT está estruturada em seis segmentos, que representam as faces da indústria metalúrgica no Brasil e atualmente organiza em torno de dez redes sindicais.

117 Por fim, no que se refere aos eixos de atuação da Confederação, é fundamental destacar que as secretarias de administração e finanças, comunicação e formação cumprem funções estratégicas, dando suporte político e estrutural para o cumprimento do conjunto das ações desenvolvidas pelas Políticas Gerais e Permanentes, Organização sindical e CCNT.

4. BALANÇO DA GESTÃO

118 Para apresentar o balanço dos dois primeiros anos de mandato da atual direção da CNM/CUT, vamos utilizar como parâmetro o plano de lutas aprovado ao final do 11º. Congresso e as ações realizadas no período serão agrupadas considerando os eixos de atuação da confederação:

- *CCNT e Política Industrial.*
- *Políticas Gerais e Permanentes.*
- *Organização Sindical.*

PLANO DE LUTAS APROVADO NO 11º CONGRESSO DA CNM/CUT

- 1. Defender a Democracia Brasileira, a soberania nacional e liberdade sindical;*
- 2. Reconstruir a articulação sindical pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário;*
- 3. Lutar pela unificação das estruturas e das entidades sindicais e pela consolidação da Entidade nacional da indústria;*
- 4. Lutar pela promoção e proteção da saúde dos (as) trabalhadores (as) e por ambientes de trabalho*

seguros e saudáveis;

- 5.** Atuar na defesa das Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho, contra o assédio moral, sexual e quaisquer outras formas de violências no trabalho;
- 6.** Lutar pela ratificação da convenção 190 da OIT;
- 7.** Lutar em defesa do Sistema Único de Saúde e suas políticas públicas com integralidade e qualidade para todos e todas;
- 8.** Lutar pela implementação e fortalecimento da Política de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) no âmbito do SUS, pela Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho (PNSST) e pela Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS);
- 9.** Lutar por creche como um direito da criança e obrigação do Estado;
- 10.** Lutar pelo acesso ao local de trabalho pelos (as) representantes sindicais e contra toda e qualquer prática antissindical, além de investir na organização das CIPAs como estratégias de fortalecer e ampliar a organização no local de trabalho;
- 11.** Lutar por educação pública de qualidade, com qualificação profissional, fortalecendo e ampliando a participação da juventude, mulheres, negros e negras e intensificar o investimento nos processos de formação sindical, de modo a contribuir para sua maior participação na vida sindical;
- 12.** Combater o racismo estrutural na vida e no mundo do trabalho, lutando pela implementação e fortalecimento de uma política de educação antirracista que considere a diversidade, equidade e inclusão social, bem como, programas que ampliem a empregabilidade da população negra de forma inclusiva, com desenvolvimento profissional e valorização;
- 13.** Intensificar a luta pela criação e o fortalecimento dos mecanismos de proteção ao emprego e a renda;
- 14.** Lutar contra o PL 4330 e todos os projetos que visam à retirada de direitos da classe trabalhadora, além de lutar pela retificação na convenção 158 da OIT que trata da demissão imotivada e a luta contra práticas antissindicais;
- 15.** Participar ativamente dos comitês populares de luta e das frentes Brasil sem Medo e Brasil Popular;
- 16.** Ampliar e fortalecer a participação da CNM/CUT nos espaços de controle e diálogo social das políticas públicas;
- 17.** Participar das discussões com os governos, parlamento e organizações patronais por uma política industrial alinhada com o Plano Indústria 10+;
- 18.** Participar ativamente nas discussões por uma legislação sindical que garanta a liberdade sindical e a negociação coletiva;
- 19.** Lutar pela melhoria dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT), e Convenções Coletivas de Trabalho (CCT), buscando a unificação das pautas de negociação;
- 20.** Priorizar a sindicalização como uma política permanente de nossos sindicatos;
- 21.** Promover a criação de uma frente latino-americana em defesa da democracia;
- 22.** Lutar em defesa das liberdades de expressão e de imprensa;
- 23.** Defender a comunicação pública e democrática e fortalecer a TVT;
- 24.** Lutar pela valorização do trabalho feminino, superação das diferenças salariais e igualdade de oportunidades e além da permanência no trabalho em situações de crise.

BALANÇO DA GESTÃO POR EIXOS DE ATUAÇÃO CCNT e Política Industrial

- Elaboração de conteúdos e propostas vinculadas as pautas dos (as) trabalhadores (as), relacionadas às condições de trabalho e ao fortalecimento da indústria metalúrgica. Propostas apresentadas e debatidas em audiências com parlamentares, representantes patronais, como o Instituto do Aço (IABR) e ministérios que compõem o Governo Federal.
- Diversos temas e políticas foram tratados nessas ocasiões, como a redução da jornada de trabalho, sistema ferroviário, a Indústria do aço, energética e todas as faces industriais representadas pelos segmentos organizados na base da CNM/CUT.
- A CNM/CUT contribuiu no processo de constituição de diversas frentes parlamentares vinculadas a indústria e as condições de trabalho, como, por exemplo, a da Indústria Naval, Indústria da Defesa, Ferrovias e a Indústria do Aço.
- Encontro com a embaixada chinesa para iniciar uma agenda de diálogos e proposições vinculados a temas como formação profissional e o estabelecimento de empresas chinesas no Brasil.
- Discussões em parceria com sindicatos argentinos, chilenos e uruguaios sobre integração produtiva regional da indústria naval, envolvendo representantes do governo federal e do SINAVAL.
- Realização de Seminário sobre a Nova Indústria Brasil – NIB e seus impactos na indústria metalúrgica brasileira, com a participação de representante do MDIC, Dieese e IndustriALL Brasil,
- Efetivação de acordo nacional de PLR, realizado com a empresa Otis Elevadores, que envolveu oito plantas da fábrica em todo o país.
- Renovação de acordo nacional de PLR com a empresa TKE envolvendo articulação com diversos sindicatos de plantas da empresa no país.
- Acordo coletivo nacional de trabalhadores paradeiros de manutenção da Petrobrás, que contou com a participação de representantes de trabalhadores (as) metalúrgicos, petroleiros e da construção civil.
- Retomada da organização de algumas Redes Sindicais e articulação de pautas nacionais.
- Fortalecimento da organização dos segmentos metalúrgicos da CNM/CUT através de ações desenvolvidas tanto pelos segmentos, de forma individualizada, como em ações articuladas entre o conjunto dos (as) coordenadores/as.
- Participação de coordenadores (as) de segmentos em diversos grupos de trabalho temáticos organizados pelo Governo Federal.

Políticas Gerais e Permanentes

- Fortalecimento dos Coletivos da CNM/CUT através da articulação de ações entre os (as) secretários (as), como também, do planejamento construído no Encontro Nacional dos Coletivos, realizado em setembro de 2024.

- Realizadas atividades virtuais e presenciais, assim como, a confecção de conteúdos diversos, elaborados e organizados pelos (as) respectivos (as) secretários (as), por ocasião do Dia Internacional da Mulher, Consciência Negra, Orgulho LGBTQIA+, Cipeiro (a), Pessoas com deficiência, Juventude trabalhadora, etc.
- Por ocasião das eleições municipais de 2024, o conjunto de secretárias e secretários da CNM/CUT elaborou uma Carta de Intenções, contendo pautas da classe trabalhadora, que foi entregue aos (as) candidatos (as) metalúrgicos (as), para que pudessem incorporar as respectivas demandas em suas plataformas eleitorais.
- Elaboração de Projetos de Lei e/ou Emendas Parlamentares sobre pautas diversas, relacionadas às demandas dos (as) trabalhadores (as), como por exemplo, o PL Dignidade da Mulher, do Letramento Racial. Seguem em elaboração outros PLs com demandas vinculadas a formação profissional, pessoas com deficiência, juventude e saúde do (a) trabalhador (a).
- Realização de percurso formativo com a participação do conjunto de secretários (as), que contemplou diversas demandas de formação apresentadas no 11º. Congresso da confederação.
- Envolvimento de secretários e secretárias em conselhos nacionais do governo federal, como o da saúde e direitos humanos.
- Realizada a 1ª. Conferência Livre Nacional de Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador da CNM/CUT – 1ª. CLNSTT.
- Participação com efetiva contribuição dos (as) secretários e secretárias da executiva da CNM/CUT, em todos os fóruns, instâncias e atividades demandadas pela CUT, MSI, IGU Brasil e IGU.
- Participação efetiva nas discussões que ocorrem na Comissão Tripartite Paritária Permanente – CTPP que atua na promoção de segurança e saúde no trabalho.

Organização Sindical

- Participação ativa nas reuniões de redes, setores e macro setores, tanto a nível regional como global;
- Contribuição efetiva na consolidação dos grupos Nuestra América e Grupo de Paris, que são espaços de articulação de sindicatos internacionais progressistas filiados a IGU.
- Reestruturação do coletivo de redes sindicais com a participação dos (as) respectivos (as) coordenadores (as) de redes sindicais por empresa.
- Participação atuante no grupo de trabalho da IGU, onde se elaboram as diretrizes para o enfrentamento às condições de trabalho impostas pelas multinacionais.
- Participação efetiva na Rede de Sindicatos por Democracia Energética – TUED.
- Organização de atividade de formação sobre CIPA com intercâmbio de informações sobre saúde do (a) trabalhador (a) entre Brasil e EUA, realizada através de projeto internacional.

- Participação da Secretaria de Formação na composição dos comitês gestores de projetos estabelecidos no campo das relações internacionais, que disponibilizaram, entre outras iniciativas, percursos formativos destinados aos (as) metalúrgicos (as) da nossa base de atuação.
- Participação e contribuição constante dos Integrantes da executiva em atividades comemorativas e/ou de articulação política e organizativa realizadas pelas federações e sindicatos de base estadual.
- Fundação da Federação CNM/CUT: Metalúrgicos (as) cutistas de Santa Catarina e Paraná se unem em nova Federação.
- Articulações com as federações, parlamentares e com o MSI da CUT, com o objetivo de viabilizar as ações que compõe a Campanha pela Redução da Jornada de Trabalho, sem redução de salários!
- Participação em audiência pública, realizada em Brasília, sobre redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e fim da escala 6x1.
- Realização de atividade de formação sobre inteligência Artificial e seus impactos no mundo do trabalho, assim como, uma significativa participação de dirigentes da CNM, em diversas atividades sobre essa mesma temática, disponibilizadas pela CUT e outras entidades.
- Subsidiou sindicatos e federações na organização contábil e jurídica propiciando formação aos dirigentes em novos modelos de gestão;
- Produziu inúmeros conteúdos visuais, qualificou todos os canais de comunicação da confederação, ampliou o alcance das lutas realizadas nesses dois anos de gestão, estreitando a relação entre os (as) metalúrgicos (as) da nossa base de atuação, com os movimentos populares, demais categorias, centrais sindicais, e entidades internacionais.
- Fortaleceu a política administrativa e financeira da CNM/CUT, buscando garantir suas ações e responder ao conjunto das demandas nas regiões, como também sua representatividade no que se refere à política de relações internacionais.
- Contribuiu com a intervenção e a prática das federações e sindicatos de base estadual, disponibilizando atividades de formação, organizando a participação dos (as) dirigentes em temáticas diversas, seja no âmbito da CUT, com as demais centrais sindicais e em percursos formativos desenvolvidos no campo da solidariedade internacional.

5. REGIMENTO INTERNO DA PLENÁRIA ESTATUTÁRIA

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A Plenária nacional dos (as) metalúrgicos (as) da CUT é órgão soberano e deliberativo da Confederação Nacional dos (as) metalúrgicos (as) da CUT, entidade da estrutura vertical da CUT, representante dos (as) metalúrgicos (as) Cutistas em todo o território nacional e nas suas relações e ações internacionais.

Art. 2º - A convocação da Plenária nacional, elaborada em consonância com os estatutos da CUT e da CNM/CUT, foi aprovada consensualmente pelo Conselho Diretivo da CNM/CUT, em

reunião realizada em formato híbrido, nos dias 17 e 18 de dezembro de 2024 e enviada a todos os sindicatos filiados, federações, oposições reconhecidas e membros natos das instâncias da CNM/CUT e da CUT no dia 09 de maio de 2025.

Art. 3º - Com base na atual conjuntura política e econômica, além da atual situação da indústria brasileira, a Plenária nacional dos (as) metalúrgicos (a) da CUT tem o seguinte temário:

FORTALECENDO A DEMOCRACIA COM SINDICATOS FORTES, TRANSIÇÃO JUSTA E TRABALHO DECENTE.

- *Conjuntura Nacional, Internacional e Econômica;*
- *Mapeamento do ramo metalúrgico: representação sindical, emprego e perfil do(a) trabalhador(a);*
- *Eixos de atuação da CNM/CUT;*
- *Balanco da gestão - período de 2023 a 2025;*
- *Plano de Lutas da CNM/CUT para o próximo período.*

CAPÍTULO II - DA REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - A Plenária nacional dos (as) metalúrgicos (a) da CNM/CUT será realizada nos dias 23 e 24 de setembro de 2025, em formato híbrido:

- Presencial: Hotel Mônaco, Rua Diogo Farias, 137 – Guarulhos – SP.
- Virtual: Plataforma Zoom (link será enviado próximo ao evento), tendo como Coordenador o Secretário-geral da CNM/CUT, Renato Carlos de Almeida.

CAPÍTULO III - DOS (AS) PARTICIPANTES

Art. 5º - Participam da Plenária nacional dos (as) metalúrgicos (as) da CUT:

- Os Sindicatos dos (as) metalúrgicos (as) filiados à CUT, em dia com suas obrigações estatutárias, através de seus delegados (as);
- As oposições aos sindicatos de metalúrgicos (as), reconhecidos (as) pela CUT, CNM/CUT e FEM's através de seus delegados (as);
- Os membros da Direção Executiva da CNM/CUT, na qualidade de delegados (as) natos (as);
- Os membros da Executiva Nacional da CUT, vinculados à categoria metalúrgica na situação de natos.

§ Único – As delegações dos sindicatos e das oposições reconhecidas deverão ser eleitas de acordo com os critérios estabelecidos na Convocação da Plenária.

CAPÍTULO IV - DO CREDENCIAMENTO

Art. 6º - A Secretaria da Plenária nacional efetuará o credenciamento dos (as) delegados (as) e observadores (as), conforme segue:

a) Presencial: no Hotel Mônaco no dia 23 de setembro de 2025, das 08h às 17h

b) Virtual: Serão considerados credenciados a partir do acesso ao link que será disponibilizado posteriormente.

§ 1º - O credenciamento dos (as) suplentes a delegados (as) ocorrerá no dia 23 de setembro de 2025, das 09h às 13h, este também improrrogável.

§ 2º - Qualquer suplente poderá ser credenciado (a) no período dos (as) delegados (as) efetivos (as) desde que apresente carta do delegado (a) efetivo (a), com visto do responsável pela delegação, comunicando por escrito a sua impossibilidade de participar da Plenária.

§ 3º - Para o credenciamento do (a) suplente será obedecida à ordem crescente da lista da ficha de inscrição da delegação.

Art. 7º - O credenciamento do pessoal de apoio, observadores (as), convidados (as) nacionais, convidados (as) internacionais e imprensa, obedecerão aos mesmos horários determinados conforme Art. 6.

Art. 8º - Cada delegado (a) é responsável pelo material recebido pelo e-mail informado no ato da inscrição, devendo após conferi-lo, acusar tal recebimento através de resposta ao remetente não havendo, em hipótese alguma, possibilidade de reenvio do material.

CAPÍTULO V - DOS DOCUMENTOS DA PLENÁRIA ESTATUTÁRIA

Art. 9º - Constituem documentos da Plenária nacional, para as discussões e aprovações dos textos, emendas e resoluções:

I. Caderno de Textos, elaborado a partir da reunião da direção executiva;

II. Emendas sobre todos os textos.

§ Único - Os textos que não serão submetidos à votação serão os textos de “Apresentação”, “Balanço da Gestão” e “Conjuntura”.

CAPÍTULO VI - DAS DISCUSSÕES

Art. 10º - As discussões terão sempre como objetivo a busca do consenso entre os (as) delegados (as), aprofundando os debates, com base nos documentos da Plenária nacional.

Art. 11º - A dinâmica e os respectivos horários de funcionamento da Plenária nacional, funcionarão de acordo com a programação da atividade.

Art. 12º - As discussões no plenário ocorrerão de acordo com os temas que constam no texto base da Plenária e demais temas conforme atualização da conjuntura.

Art. 13º - As discussões sobre cada um dos temas serão feitas com base no Caderno de Textos e adendos, apresentados pelos sindicatos, ou oposições, ou Federações e a própria Plenária Nacional, até às 17h do dia 16 de julho de 2025, conforme previsto no calendário da Plenária, através do e-mail plenariaestatutaria2025@cnmcut.org.br.

§ 1º - Os textos de apresentação, conjuntura e balanço não estarão sujeitos às emendas. Os demais textos poderão sofrer emendas aditivas, substitutivas e ou supressivas, desde que

apresentadas por escrito em formulário próprio dentro do prazo estabelecido pela coordenação da Plenária nacional.

§ 2º - Os (as) delegados (as) poderão apresentar propostas de emendas ou sub-emendas ao texto desde que estejam subscritas por pelo menos 10 (dez) delegados (as) credenciados (as) provenientes de pelo menos 2 (duas) unidades federativas do Brasil (dois estados).

§ 3º - A cada emenda apresentada, a mesa verificará a existência ou não de posições contrárias na Plenária. Em seguida oferecerá a palavra para a posição em defesa da mudança do texto e outra em defesa da manutenção do texto. Se necessário, a mesa poderá oferecer a palavra para mais uma intervenção a favor e mais uma contrária. Em seguida o presidente da mesa colocará a proposta da emenda em votação.

§ 4º - Quando uma emenda aprovada tiver uma ou mais sub-emendas, estas, da mesma forma, serão discutidas e colocadas em votação.

§ 5º - Se a emenda for rejeitada integralmente, não haverá discussão nem votação da (s) sub-emenda (s), caso exista (m).

§ 6º - Não havendo mais qualquer emenda (s) ou sub-emenda (s) ao tema em pauta, a mesa considerará a discussão sobre o referido tema encerrada.

Art. 14º - As discussões sobre a (s) emenda (s) ou sub-emenda (s), apresentadas à Plenária além do previsto no artigo anterior, se darão da seguinte forma:

I. Nos casos em que as propostas não constarem no caderno de textos e nem tiverem sido adendadas, deverá haver um acordo da mesa ou sorteio da ordem de apresentação das mesmas;

II. Para cada proposta apresentada à Plenária nacional, poderá haver inscrição de 1 (um) (a) delegado (a) para explicar o seu objetivo e conteúdo, utilizando o tempo máximo de 3 (três) minutos. Havendo posições contrárias à proposta, a mesa oferecerá a palavra para uma intervenção contrária e uma a favor, pelo mesmo tempo anterior. Se necessário, a critério da mesa, poderá ser aceita mais uma inscrição contrária e uma a favor. Em seguida, o presidente da mesa colocará a proposta em votação;

III. Quando uma proposta aprovada tiver uma ou mais emendas, estas serão discutidas em seguida nas formas definidas neste regimento;

IV. Quando uma emenda for aprovada e existindo propostas de sub-emendas, estas passarão em seguida a discussão e votação, adotando-se o mesmo procedimento anterior.

Art. 15º - As discussões e votações de cada um dos temas deverão obedecer rigorosamente ao tempo estabelecido no programa da Plenária nacional. Encerrando o tempo previsto, o plenário decidirá sobre os encaminhamentos dos pontos que não foram apreciados.

Art. 16º - Somente os (as) delegados (as) credenciados (as) terão o direito além da voz, ao do voto que aprova ou rejeita os textos, emendas e sub-emendas, moções, sendo facultado à mesa autorizar o direito à voz e a votação simbólica por parte dos observadores, sempre que julgar conveniente ou for solicitada por 50% mais 1 (um) dos delegados (as).

§ 1º - Para fazer uso da palavra, o (a) delegado (a) deve inscrever-se previamente;

§ 2º - Cada orador (a) terá o tempo máximo de 3 (três) minutos, podendo ser prorrogado por mais 1 (um), a critério da mesa, sendo permitido até 10 (dez) inscrições para cada mesa de

discussão;

§. 3º - Cada orador (a) deverá inicialmente identificar-se dizendo seu nome e sindicato ou oposição ou instância da CNM/CUT ou CUT a que pertence.

Art. 17º - Caso algum orador fizer qualquer alusão que implique em juízo de valores sobre a conduta de algum delegado (a), a mesa poderá, a seu critério, conceder o direito de resposta pelo tempo máximo de 01 (um) minuto.

CAPÍTULO VII - DAS VOTAÇÕES

Art. 18º - As votações serão realizadas de acordo com os seguintes critérios:

I. Cada delegado (a) terá direito a 1 (um) voto;

II. Não haverá voto por procuração;

III. Não serão aceitos, em hipótese alguma, questão de ordem, esclarecimentos ou encaminhamentos durante o regime de votação;

IV. As votações presenciais, serão por aclamação ou mediante levantamento do crachá de identificação dos (as) delegados (as) e as votações virtuais serão através de enquete disponibilizada no aplicativo Zoom. Caso haja proposta contrária, será considerada vencedora a proposta que obtiver a maioria simples dos votos;

V. O tempo destinado para a votação em enquete no aplicativo Zoom, será de 3 (três) minutos. Após esse período os votos serão apurados e apresentados a todos (as);

VI. Em caso de dúvida por parte da mesa coordenadora dos trabalhos sobre a proposta vencedora, repete-se a votação, tanto presencial quanto virtual;

CAPÍTULO VIII - DA RECOMPOSIÇÃO DA DIREÇÃO EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL

Art. 19º - No que se refere à recomposição dos cargos em vacância do Conselho Diretivo, a Plenária nacional obedecerá às regras regulamentadas pelo Estatuto da CUT, estabelecidas em seu Capítulo IV, Seção I.

§ 1º - Para fins de cumprimento dos Estatutos da CNM/CUT, a Plenária nacional elege os (as) dirigentes membros da comissão organizadora, como comissão eleitoral desta Plenária;

§ 2º - As inscrições para concorrerem aos cargos vagos do Conselho Diretivo da CNM/CUT deverão ser realizadas até as 10h do dia 23 de setembro de 2025;

§ 3º - Os (as) candidatos (as) deverão estar com seus nomes completos e com a identificação do sindicato ou oposição a que pertence o inscrito;

§ 4º - Não será permitida a inscrição de candidatos (as) não credenciados como delegados (as) à Plenária.

Art. 20º - O processo eleitoral se dará no dia 23 de setembro de 2025.

Art. 21º - Caso as discussões do tema em pauta não tenham sido concluídas dentro do tempo previsto, o presidente da mesa deverá suspender temporariamente os debates e abrir o processo de eleição para os cargos em vacância do Conselho Diretivo da CNM/CUT de acordo

com os seguintes critérios:

- I. O presidente da mesa informará quantos candidatos foram inscritos para cada cargo. Caso haja mais de um, o presidente definirá por sorteio a ordem da apresentação e defesa de cada um dos (as) candidatos (as);
- II. Caso haja apenas um nome apresentado para algum cargo vago e havendo discordância do plenário proceder-se-á a aprovação ou rejeição desse nome, podendo o cargo permanecer vago;
- III. A defesa poderá ser feita por mais de um orador (a), desde que não ultrapasse o tempo de 5 (cinco) minutos.

Art. 22º - A votação para a eleição dos cargos em vacância do Conselho Diretivo da CNM/CUT se dará por votos dos (as) delegados (as), utilizando os mesmos critérios descritos no Art. 19º deste regimento.

CAPÍTULO IX - DAS MESAS COORDENADORAS DOS TRABALHOS

Art. 23º - As mesas que coordenarão os trabalhos serão compostas pelo (a) presidente e 1 (um) secretário (a) indicados pela coordenação da Plenária nacional ad referendum do plenário de instalação dos trabalhos, podendo para cada tema ou conjunto de temas ser eleita uma única mesa.

Art. 24º - Cada mesa poderá contar com assessores (as) que ajudarão nos trabalhos, a serem indicados pela comissão organizadora.

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25º - As concessões aos pedidos de “QUESTÕES DE ORDEM” serão decididas pela mesa, podendo esta, a seu critério, consultar a Plenária. As “QUESTÕES DE ORDEM” somente poderão se referir exclusivamente à ordem dos trabalhos.

CAPÍTULO XI - DAS MOÇÕES

Art. 26º - Serão consideradas para discussão e deliberação da Plenária as moções apresentadas por pelo menos 20% dos (as) delegados (as) credenciados.

Art. 27º - O conteúdo das moções deve considerar as definições e deliberações da CNM/CUT, bem como o que até o momento de sua apresentação já tiver sido aprovado na Plenária nacional.

Art. 28º - As moções deverão ser encaminhadas à mesa no dia e hora estipulado pela comissão da Plenária até às 18h do dia 23 de setembro de 2025.

CAPÍTULO XII - DOS RECURSOS PARA O CREDENCIAMENTO DE DEELEGAÇÕES

Art. 29º - Os recursos às decisões da comissão organizadora, referentes ou não ao credenciamento de qualquer delegação à Plenária nacional, deverão obedecer aos seguintes procedimentos:

- I.** Os recursos deverão ser encaminhados à comissão organizadora da Plenária nacional;
- II.** As justificativas deverão ser apresentadas por escrito e assinadas pelo sindicato, pela oposição ou federação;
- III.** Para efeito de julgamento, a comissão organizadora seguirá o calendário estipulado na convocação, com eventuais adaptações que tenham sido introduzidas durante o percurso.

Art. 30º - Os recursos contrários à decisão da comissão organizadora sobre o credenciamento ou não de qualquer delegação deverão proceder-se da seguinte forma:

- I.** Os recursos deverão ser apresentados, por escrito, à mesa até o horário em que se encerrar a votação deste regimento, com as devidas justificativas, não podendo ser apresentados recursos que não tenham sido já julgados pela comissão organizadora;
- II.** A mesa deverá encaminhar a discussão dos recursos apresentados da seguinte forma:
 - a)** A comissão organizadora da Plenária nacional deverá apresentar, de forma resumida, os motivos pelo não credenciamento ou credenciamento da delegação em questão;
 - b)** A mesa oferecerá a palavra para 1 (um) representante da delegação por 3 (três) minutos que deverá proferi-la em defesa pelo credenciamento;
 - c)** Os mesmos 3 (três) minutos serão oferecidos em defesa da posição contrária ao credenciamento da delegação em questão;
 - d)** A seguir, proceder-se-á à votação.

CAPÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31º - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela comissão organizadora “ad-referendum” do Plenário.

Art. 32º - Este regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pelos (as) delegados (as) da Plenária nacional dos (as) metalúrgicos (as) da CUT.

6. EXPEDIENTE

Direção da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT Gestão 2023 - 2027

DIREÇÃO EXECUTIVA

Presidente - Loricardo de Oliveira – São Leopoldo/RS

Vice-Presidente - Cátia Maria Braga Cheve – Amazonas

Vice-Presidente - Roberto Pereira de Souza – Espírito Santo

Secretário-Geral - Renato Carlos de Almeida – ABC/SP

Secretário de Adm. e Finanças - Tiago Almeida do Nascimento – Sorocaba/SP

Secretária da Mulher - Maria de Jesus Marques de Almeida - Amazonas
Secretária de Formação - Maria do Amparo Travassos Ramos - ABC/SP
Secretária de Políticas Sociais - Kelly Cristina de Andrade Galhardo - São Carlos/SP
Secretário de Organização Sindical - Abinadabe Santos de Lima - Pernambuco
Secretário de Política Sindical - Mário Henrique Ribeiro Cruz - BH e Contagem/MG
Secretário de Saúde, Seg. do Trabalho e Meio Ambiente - Francisco Jonaci de Almeida - Mossoró/RN
Secretária de Juventude - Amanda Arcanjo Campos - Extrema/MG
Secretária de Igualdade Racial - Christiane Aparecida dos Santos - Pouso Alegre/MG
Secretário de Rel. Internacionais - Maicon Michel Vasconcelos da Silva - ABC/SP
Secretário de Comunicação - Heraldo Silva Ferreira - BH e Contagem/MG

CONSELHO DIRETIVO

Jorge Luis Ramos - Horizontina/RS
Norberto Volpi - Jaraguá do Sul/SC
Rosana Pereira de Sousa - Araquari/SC
Claudir Messias Rosa - Ponta Grossa /PR
Francisco Irailson Nunes Costa - Natal/RN
Francisco José de Araujo Lima - Petrópolis/RJ
Bruna Souza Oliveira - Feira de Santana/BA
Francinildo Moura de Andrade - Fortaleza/CE
Flavio Cordeiro de Paiva - João Monlevade/MG
Ewerson Rodrigues da Silva - Amazonas
Lindalva Linhares da Silva Martins - Sorocaba/SP
Nilson da Conceição Silva - Pindamonhangaba/SP
Edinilson José de Andrade - São Carlos/SP
Margareth da Silva Gonçalves - BH e Contagem/MG
Fatima Inês Ely - Santa Rosa/RS

CONSELHO FISCAL E SUPLÊNCIA

Edson Carlos Rocha da Silva - Niterói/RJ
Tereza Aparecida Oliveira - ABC/SP
André Luis Zigmundo Battistello - Canoas/RS
Geovani Rosa da Silva - Timóteo/MG
Rosimeire Conceição Pinto - ABC/SP
Eufracio Silmar Popperl - Santa Rosa/RS

COMISSÃO ORGANIZADORA

Loricardo de Oliveira - Presidente
Renato Carlos de Almeida – Secretário-geral
Christiane Aparecida dos Santos - Secretária de Igualdade Racial
Maria do Amparo Travassos Ramos - Secretária de Formação
Heraldo Silva Ferreira – Secretário de Comunicação
Cátia Maria Braga Cheve - 1ª Vice-presidente
Maria de Jesus Marques de Almeida - Secretária da Mulher
Mário Henrique Ribeiro da Cruz - Secretário de Política Sindical
Francisco José de Araújo Lima – Diretor
Adriano Souza Filippetto - Diretor
Romário Lourenço da Silva – Diretor Sind. dos Metalúrgicos de João Monlevade/MG
Fabio Dias de Souza – Presidente FIMETAL/NE
Erick Pereira da Silva – Presidente FEM-CUT/SP
Marco Antônio de Jesus – Presidente FEM-CUT/MG
João Batista da Silva – Diretor Depto. SC e PR

ELABORAÇÃO

Equipe de Assessoria da CNM/CUT e Subseção do DIEESE da CNM/CUT

EXPEDIENTE CNM/CUT

Secretaria

Eva Gomes de Sousa
Lindomar de Souza Araújo (Lia)

Secretaria de Administração e Finanças

Bruno José de Oliveira
Marcello Leal Braga Godoy
Coordenação: Vera Lucia de Carvalho Izuno

Assessoria

Elaine Maria Silva das Neves
Fernando Augusto Moreira Lopes
Sueli Vitorino de Jesus Barbosa
Vera Lucia de Carvalho Izuno
Coordenação: Renata Gnoli Paneque

Assessoria de Imprensa

Érica Aragão
Márcio Silva
Cadu Bazilevski

Subseção do DIEESE

Renata Miranda Filgueiras



*Rua Cincinato Braga, nº 40, bairro Planalto
São Bernardo do Campo - CEP: 09890-300 (SP) - Brasil
Telefone: (11) 4122-7700 | www.cnmcut.org.br*